



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**RACISMO DIGITAL: LIMITES E DESAFIOS DE UM CAMPO EM
CONSTRUÇÃO**

FABIO ANTONIO ABREU DA SILVA

*Sob a orientação da Professora Doutora
Anelise Monteiro*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Outubro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586r Silva, Fabio Antonio Abreu da, 1977-
Racismo digital: limites e desafios de um campo em
construção / Fabio Antonio Abreu da Silva. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2021.
81 f.: il.

Orientadora: Anelise Monteiro do Nascimento.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2021.

1. Racismo Digital. 2. Redes Sociais Digitais. 3.
Facebook. 4. Racismo. 5. Discriminação. I. Nascimento,
Anelise Monteiro do, 1974-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1222 / 2021 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.083233/2021-03

Seropédica-RJ, 19 de novembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

FABIO ANTONIO ABREU DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04/10/2021

Conforme **deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Anelise Monteiro do Nascimento. Dra. UFRRJ (Orientadora /Presidente da Banca).

Renato Nogueira dos Santos Junior. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

Claudia Miranda. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 19/11/2021 14:32)
ANELISE MONTEIRO DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
Matrícula: 1544253

(Assinado digitalmente em 29/11/2021 12:28)
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1306589

(Assinado digitalmente em 19/11/2021 10:51)
CLAUDIA MIRANDA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 839.681.057-53

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1222**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/11/2021** e o código de verificação: **12c1997c98**

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe, que tanto se esforçou para que eu concluísse o ensino médio, e sem ela eu não chegaria à universidade.

Dedico à minha avó, que já não está entre nós, por sua dedicação, carinho e afeto.

Dedico à minha esposa e companheira, que tanto me deu forças nos momentos finais da minha graduação e também no percurso até aqui.

Dedico ao meu querido filho, que por algumas vezes, durante seus 7 anos, reclamou que o pai só estuda e não brinca com ele.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, Anelise Nascimento e Walter Filé, pela paciência.

Ao grupo de pesquisa Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídia, Gustavo, Cíntia, Tarciso, Adilson, Taís, Roberta, Josi, Yago e Luana. Em especial, à amiga Grazielle Lira pelas suas contribuições e acompanhamento à minha pesquisa, me ajudando e aconselhando nos momentos cruciais desta escrita.

Aos docentes que fizeram parte da banca de defesa desta dissertação: Prof.^a Dr.^a Anelise Monteiro, Prof.^a Dr.^a Cláudia Miranda e Prof. Dr. Renato Nogueira.

Aos docentes que fizeram parte da banca de qualificação, professores(as) Amauri Mendes Pereira, Tânia Mara Pedroso Müller e Valter Filé.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

O racismo é nomear ao outro, designá-lo, inventá-lo para em seguida apagá-lo (massacrá-lo) e fazê-lo reaparecer cada vez que nos seja útil, em cada lugar que (nos) seja necessário. Skliar (2004, p.16)

RESUMO

SILVA, Fabio Antonio Abreu da. **Racismo Digital: Limites e desafios de um campo em construção**. 2021. 81p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

Esta pesquisa se desenvolve em diálogo com a área da educação e relações étnico-raciais. Nesta linha de investigação, o estudo se volta para a produção de desigualdades em ambientes virtuais, mais especificamente sobre racismo nas redes sociais e nas mídias digitais. O tema nasceu da necessidade de pensarmos nas desigualdades produzidas nas relações étnico-raciais, das injustiças cognitivas e das repercussões destas questões na formação de professores. O objetivo é contribuir para a visibilidade dos aspectos presentes do racismo nestes ambientes ditos virtuais e no combate a este tipo de intolerância, pretende-se indicar pistas para entender melhor sobre: Por que ocorre? Como ocorre? Como combater o racismo? Conceituamos racismo digital como o racismo praticado em ambientes virtuais. A escrita foi iniciada na própria internet, realizando sondagens nas redes sociais digitais no intuito de coletar postagens de manifestações de ódio. Em um segundo momento, foi realizado um estado da arte em racismo digital, analisando o que tem sido produzido quando o assunto é racismo na cultura digital. Definimos “estado da arte” como uma pesquisa de caráter bibliográfico, que tem como objetivo mapear um campo de conhecimento. Metodologicamente, esse mapeamento ocorreu através da análise das publicações que se vinculam ao campo através da adoção dos seus termos em títulos, palavras-chave, resumos em teses e dissertações ou textos acadêmicos. O estado da arte mapeou as principais referências teórico-metodológicas, os recortes predominantes, o contexto em que ocorreram as investigações, temas e áreas que dialogam com as questões centrais, os locais de divulgação, o período de destaque no contexto acadêmico, resultados encontrados, criando referências para novas pesquisas ao sistematizar o que já foi produzido e evidenciar as ausências. Como conclusão destaca-se que, no que se refere à constituição e futuro do campo, ainda é preciso ampliação de pesquisas com essa temática.

Palavras-chave: Racismo Digital; Redes Sociais; Estado da Arte.

ABSTRACT

SILVA, Fabio Antonio Abreu da. **Digital Racism: Limits and challenges of a field under construction**. 2021. 81p. Dissertation (Masters in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

This research is developed in dialogue with the area of education and ethnic-racial relations. In this line of investigation, the study focuses on the production of inequalities in virtual environments, more specifically on racism in social networks and digital media. The theme was born from the need to think about the inequalities produced in ethnic-racial relations, the cognitive injustices and the repercussions of these issues on teacher education. The objective is to contribute to the visibility of the aspects of racism present in these so-called virtual environments and in the fight against this type of intolerance, it is intended to indicate clues to better understand: Why does it occur? How does it happen? How to fight racism? We conceptualize digital racism as racism practiced in virtual environments. The writing started on the internet itself, carrying out polls on digital social networks in order to collect posts of expressions of hatred. In a second moment, a state of the art in digital racism was carried out, analyzing what has been produced when the subject is racism in digital culture. We define “state of the art” as a bibliographic research, which aims to map a field of knowledge. Methodologically, this mapping occurred through the analysis of publications that are linked to the field through the adoption of their terms in titles, keywords, abstracts in theses and dissertations or academic texts. The state of the art mapped the main theoretical-methodological references, the predominant cuts, the context in which the investigations took place, themes and areas that dialogue with the central issues, the places of dissemination, the period of prominence in the academic context, results found, creating references for new research by systematizing what has already been produced and highlighting absences. In conclusion, it is highlighted that, with regard to the constitution and future of the field, it is still necessary to expand research on this theme.

Keywords: Digital Racism; Social networks; State of art.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Metodologias.....	65
Gráfico 2- Redes sociais digitais.....	66
Gráfico 3 - Número de Teses e Dissertação por ano.....	67
Gráfico 4- Regiões das pesquisas.....	68
Gráfico 5- Distribuição por cor ou raça.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PORQUE NEGRA É A NOSSA VIDA	22
1.1 O que é racismo institucional/estrutural.....	23
1.2 Racismo, preconceito e discriminação.....	26
1.3 Racismo digital, o que é?.....	31
2 A PESQUISA NOS MEIOS DIGITAIS	32
2.1 Achados durante o navegar.....	34
2.1.1 As mulheres negras e o racismo digital.....	37
2.2 Os sites visitados.....	39
3 O ESTADO DA ARTE EM RACISMO DIGITAL	43
3.1 Teses e dissertações sobre racismo digital.....	46
3.1.1 Pesquisas relacionadas à rede social Orkut.....	58
3.1.2 Pesquisas relacionadas à rede social Facebook.....	59
3.1.3 Pesquisas relacionadas à rede social Twitter.....	62
3.1.4 Diversas redes.....	63
3.2 O racismo digital nas pesquisas acadêmicas.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se desenvolve em diálogo com a área da educação e das relações étnico-raciais. Nesta linha de investigação, o estudo se volta para a produção de desigualdades em ambientes virtuais, mais especificamente sobre racismo nas redes sociais e nas mídias digitais. O tema nasceu da necessidade de pensarmos as desigualdades produzidas nas relações étnico-raciais, das injustiças cognitivas e as repercussões destas questões na formação de professores. O objetivo é contribuir para a visibilidade dos aspectos presentes no racismo nestes ambientes ditos virtuais e no combate a este tipo de intolerância. Pretende-se com a pesquisa indicar pistas para entender melhor sobre: Por que ocorre? Como ocorre? Como combater o racismo?

Iniciei o mestrado no ano de 2016, mas por questões pessoais não defendi o trabalho dentro do prazo previsto. Buscando finalizar essa etapa da minha formação, no ano de 2019, me submeti a novo processo seletivo, sendo novamente aprovado. Esse reingresso significou o aproveitamento de todos os créditos cursados e um prazo de doze meses para a defesa. Um aspecto que marcou o reingresso é que ele se deu sob nova orientação, a da prof^a. Dr^a. Anelise Nascimento, o que demandou ajustes no projeto. O tema seguiu o mesmo, mas a metodologia sofreu alterações, porque, além da nova orientadora, o distanciamento provocado pelo tempo entre o término das disciplinas e a nova seleção, me fez amadurecer algumas questões e perceber que uma das contribuições possíveis dessa pesquisa seria o mapeamento do campo do racismo digital que ainda é recente e precisa se consolidar em termos de metodologias próprias, aportes teóricos e delimitação dos campos de investigação. Isso se deu pela dificuldade de encontrar referenciais metodológicos que dessem suporte para as análises quando o campo de investigação é o ambiente virtual. Na primeira etapa da pesquisa foram coletadas publicações na internet sobre notícias relacionadas às manifestações/ataques racistas contra negros, principalmente nas redes sociais. Paralelamente, tentei encontrar pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais no mundo digital. Com a dificuldade de encontrar autores que pudessem me auxiliar, vi que havia uma lacuna sobre racismo digital em pesquisas acadêmicas. A partir do conhecimento desta lacuna, abracei este desafio e mudei a metodologia, optando por uma pesquisa bibliográfica do tipo “estado do conhecimento” sobre o que chamamos de racismo digital.

Outro aspecto que marca a produção dessa pesquisa é que o momento de sua finalização coincide com o contexto de pandemia. Desde março de 2020 praticamente o planeta inteiro se encontra em isolamento social causado por um vírus que sofreu uma

mutação genética e se tornou extremamente letal ao ser humano. Como sua origem geográfica foi a China, inicialmente para os brasileiros, o novo Coronavírus era somente uma notícia de jornal. Mas estamos globalizados e rapidamente a Covid-19, forte gripe causada pelo vírus, tomou conta do planeta. A inexistência de um tratamento ou uma vacina provocou uma atitude só vista em filmes de ficção científica. As instituições foram fechadas e a circulação pelas ruas passou a ser regulada pelo Estado. Nesse quadro, as pessoas foram recolhidas às suas casas. As rotinas foram interrompidas e as relações com o mundo exterior foram alteradas. O mundo passou a chegar, para muitos, através das telas dos computadores e celulares.

Para alguns privilegiados o trabalho foi estabelecido de forma remota, as empresas adotaram as estratégias previstas em planos de contingência ou de crise e colocaram em prática o teletrabalho. As plataformas digitais foram popularizadas, reuniões passaram a ocorrer em ambientes virtuais. Já para os trabalhadores sem vínculos, prestadores de serviços, empregados domésticos e de pequenas empresas, essa ruptura se transformou em incerteza. O temor do contágio passou a dividir espaço com a necessidade de garantia de sobrevivência, regras trabalhistas que antes eram pautas de luta pelas categorias foram quebradas, salários reduzidos e remendos de políticas distributivas foram implementadas, a conjuntura do medo tomou conta da população.

Uma das primeiras ações dos governantes brasileiros foi a suspensão das atividades escolares. Para os pesquisadores, esse momento também representou grandes desafios: como contribuir para que a vida seguisse nesse novo cenário? Como pensar estratégias de ensino, pesquisa e extensão em um contexto de grandes desigualdades sociais como é o caso brasileiro? Qual é o papel social da universidade e da pesquisa para a humanidade? Essas são questões que estamos tentando responder ao mesmo tempo que vivemos a crise estabelecida pelo vírus.

O cenário de recolhimento nos convida a refletir sobre os saberes que produzimos até aqui. Que serventia eles terão nesse novo mundo cujas relações tendem a não ser mais as mesmas após a experiência da morte iminente de toda a humanidade? Esse contexto impacta na pesquisa e fortalece a opção metodológica pela revisão de literatura, uma vez que ela dá visibilidade ao que já foi produzido sobre o tema, indicando referências para outras pesquisas e bases para políticas que atuem no sentido do término do preconceito racial.

O contexto da pandemia colocou ainda mais centralidade no uso das redes sociais como agente de produções de subjetividades que se dão via internet. Sendo assim, esse

trabalho se torna mais relevante depois da pandemia causada pelo novo Coronavírus, se era importante discutir a produção de subjetividade que se mostrava pelo racismo digital antes da pandemia, agora é ainda mais, porque a internet está sendo a maior forma de convívio social das pessoas. A necessidade do isolamento social nos convocou para as redes sociais, onde se compartilham crenças, valores, conceitos e preconceitos, assim um trabalho que se volta para o racismo digital ganha ainda mais relevância pelo momento histórico em que toda a humanidade está inserida.

Algumas questões, que antes pareciam ter sido superadas, ou haviam caído no esquecimento, ressurgiram com a pandemia. Um exemplo disso é o acesso à internet banda larga com qualidade e a dispositivos que permitam longas leituras em telas maiores. Antes da pandemia, para os estudantes da universidade da qual faço parte como aluno e servidor, havia a estrutura dos laboratórios de informática da universidade, além do acesso à internet por Wi-Fi em dispositivos móveis em todo o campus. Agora temos que lidar com a instabilidade das redes, com a pouca memória interna dos smartphones e com plataformas pesadas que necessitam de uma velocidade de internet que poucos possuem acesso na esfera doméstica. Esses aspectos evidenciam que acesso, distribuição e conteúdo de internet nunca foram universalizados no Brasil

Além do espaço de democratização do acesso a meios digitais e suas possibilidades, que agora estão fechadas, o espaço acadêmico é um criadouro de ideias e debates, em que temos também a possibilidade de nos afastarmos um pouco de alguns problemas particulares que, por vezes, nos distanciam de uma produção intelectual mais elaborada. Sabemos que estes problemas existem, mas o espaço da universidade nos permite focar naquilo que a ciência nos exige. Além disso, existem os debates presenciais, conversas informais em um contexto de pesquisa que, muitas vezes, o ambiente virtual não nos inspira tanto quanto.

É nesse conjunto de circunstâncias que esta pesquisa se encerra, uma escrita solitária e a orientação que passou a ser por meio virtual. Nesse sentido, a escrita final se tornou, por vezes, uma tempestade de ideias e pensamentos que surgiam em uma velocidade sem se limitarem à lentidão dos teclados e, por vezes, perdeu seu foco durante o processo de transcrição para a tela, afinal, a velocidade dos pensamentos supera a produção de palavras, a atenção foi dividida entre produzir o trabalho acadêmico e manter a vida, seguindo os protocolos sanitários exigidos pela pandemia. Certamente, o “ficar longe de casa” precisa de um equilíbrio, por outro lado, ficar em casa de maneira forçada também exige uma disciplina de estudo e de escrita mais autônoma e desafiadora. A reintegração ao programa, a mudança

de orientação e a pandemia foram alguns desafios que cercaram a produção desta pesquisa, que me aproximaram do tema e que justificam as mudanças nela inseridas.

Minha trajetória até o mestrado em educação das relações étnico-raciais tem uma estreita relação com as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Sou ex-aluno do curso de Matemática da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pertenço ao quadro técnico-administrativo desta mesma instituição desde 2006. Desde o início, estive envolvido em atividades relacionadas a tecnologias, oferecendo suporte aos diversos setores da universidade. Esta atividade me possibilitou conhecer mais de perto vários professores e seus respectivos projetos de pesquisa. Desta aproximação surgiram convites para participar de grupos de pesquisa como o Educação, sociedade do conhecimento e conexões culturais, coordenado pelo professor Valter Filé. Após participar, como ouvinte e tutor, de um curso de educação a distância de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas em 2015, decidi tentar uma vaga no mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ em 2016.

Ao ingressar no mestrado, o projeto inicial apresentado por mim tinha como proposta estudar as possíveis relações entre a Cultura Livre, com ênfase em *software* de código aberto, e a temática das relações étnico-raciais. Era uma tentativa de aproximar a minha área de formação em ciências exatas e a temática das relações raciais. Após algumas leituras e estudos iniciais, percebi que não seria possível prosseguir com esta proposta.

Assim, a partir desta constatação e em reuniões do grupo de pesquisa, encontrei no racismo digital a possibilidade de recomeçar os meus estudos. O presente estudo se desenvolve na área de educação e diversidades étnico-raciais e, nesta linha de pesquisa, estudo sobre a produção de desigualdades em ambientes virtuais, mais especificamente sobre racismo nas redes sociais. O racismo praticado em ambientes virtuais será denominado neste estudo como racismo digital.

No decorrer da pesquisa, precisei dar conta de uma gama de conceitos preliminares, tais como: O que é o racismo? O que é racismo digital? Este ocorre com que frequência? Como combater? Como movimento inicial, decidi realizar algumas sondagens diretamente na internet, registrando, na medida do possível, os casos de racismo noticiados em redes sociais, blogs, páginas de jornais eletrônicos, etc. Consegui colecionar uma quantidade significativa de notícias das mais variadas fontes, que se tornaram os primeiros dados analisados nesta pesquisa. Isso foi possível graças a um recurso eletrônico que me enviava automaticamente estas ocorrências/notícias. Ao longo do texto explicarei com mais detalhes como foi este processo e o que utilizei como dispositivo. Em determinado ponto deste percurso, algumas

limitações impostas pela minha formação e pouca experiência me levaram a um congelamento. O que fazer com o material recolhido?

Confesso que tive muitas dificuldades tentando encontrar um caminho que pudesse me guiar no enfrentamento das questões que surgiram, cujo *locus* é virtual. Após um longo período, descobri que o material obtido poderia servir de suporte para um maior conhecimento do tema, delimitação da questão e escolha metodológica. Assim, parto desses dados para depois apresentar o trabalho da revisão de literatura sobre o tema. Desse modo, nesta pesquisa, buscamos conhecer o que as pessoas pensam e a forma como vivem o racismo através da experiência do autor com o tema, das ocorrências/notícias produzidas na internet e por meio de trabalhos acadêmicos. Para o levantamento dos trabalhos acadêmicos a base de dados utilizada foi a CAPES, no período compreendido entre 2012 e 2018. Após a definição do material que seria analisado, sua leitura foi realizada buscando evidenciar: a área de conhecimento, o período das publicações, os sujeitos investigados, a metodologia adotada, os objetivos a serem alcançados com as pesquisas, os referenciais teóricos e os resultados obtidos. Com isso, temos um mapeamento da produção do campo do racismo digital. Portanto, o estado da arte em racismo digital busca oferecer aos alunos, professores e pesquisadores, uma amostra dos referenciais utilizados nas teses e dissertações. Isso posto, nas próximas linhas irei falar um pouco sobre o meu lugar de fala e como cheguei a esta pesquisa. Será um breve memorial da minha trajetória e de como cheguei a esse tema.

Essa pesquisa nasce de uma inquietação pessoal que tem origem em algumas vivências como professor. Nasci em Caxias, mas não a cidade do Estado do Rio de Janeiro. A Caxias à qual me refiro fica no interior do Maranhão, onde aconteceu a revolta da Balaiada,¹ a mais longa revolta ocorrida no Maranhão. Vim para o Rio de Janeiro para realizar um sonho que só teve início no ensino médio, quando soube por um amigo que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) realiza seu vestibular em diversos estados. Pensava em qual área eu poderia ter mais chances e optei pela licenciatura em Matemática. A tentativa foi bem-sucedida, fui o primeiro da família a iniciar um curso de nível superior. Uma família formada por negros, judeus e índios (pai negro e mãe branca). Até o início do ensino médio, eu não acreditava ser possível chegar aquele ponto. Da mesma forma, no início do curso de Matemática eu não imaginava a possibilidade de cursar um mestrado. Se o ingresso em uma Universidade já era algo impensável, mais distante ainda seria a possibilidade de cursar uma

¹Segundo Claudete Dias(1995, p.73), a maioria dos documentos e grande parte da historiografia, a Balaiada teve início em dezembro de 1838 na Vila da Manga (MA), estendendo-se até meados de 1841, pelo Piauí e Ceará. Em agosto de 1840 foi decretada anistia assinada pelo Imperador D. Pedro II, mas as autoridades do Piauí e do Maranhão declararam a “pacificação” das províncias apenas em janeiro de 1841.

pós-graduação, principalmente ao recordar que a minha primeira nota em matemática na 8ª série foi ZERO. Mas ao redobrar minha atenção durante as aulas, descobri que uma das causas do meu mau desempenho naquela época estava relacionada aos vários erros cometidos ao escrever o conteúdo do quadro no caderno, ou seja, faltavam letras e números. Após esta constatação, passei a redobrar minha atenção e as notas melhoraram significativamente. Passei a ser um dos primeiros da turma, com notas acima da média em todas as disciplinas. O meu forte mesmo era a Matemática, talvez porque esta tenha me provocado um choque de realidade ao receber a primeira nota zero do ano. Os anos se passaram e a atração por tudo o que era relacionado aos números e à tecnologia seguiam me atraindo.

Sendo assim, entendo que meu caminho até o mestrado em educação das relações étnico-raciais tem uma forte relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Como aluno do curso de Matemática, prestei concurso para o quadro técnico-administrativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 2004, caso eu passasse, conseguiria trabalhar e estudar na mesma instituição. Fui chamado dois anos depois, em janeiro de 2006, após já ter concluído o curso. Eu estava trabalhando em uma escola no interior do Espírito Santo quando recebi o telefonema informando sobre a novidade. Na mesma ocasião, fui chamado para tomar posse também como professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Infelizmente, não foi possível acumular as duas funções e optei por trabalhar na UFRRJ. Desde os primeiros dias como servidor público, busquei contribuir com a minha curiosidade por tecnologias para tentar resolver problemas da rotina administrativa. Dificuldade de conexão, montagem de computadores, entre outros. A diretora do recém-criado Instituto Multidisciplinar (IM), campus da Universidade Federal Rural de Nova Iguaçu, percebeu meu interesse e atração por assuntos relacionados à tecnologia e me nomeou o encarregado dos assuntos de “informática” do IM.

Estar à frente de um setor de suporte em tecnologia, me possibilitou um contato mais estreito com professores de diversas áreas. As ações tomadas neste setor atingiam diretamente não só a parte administrativa, mas também algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em uma das conversas sobre informática, ouvi da diretora que seria interessante que eu conhecesse o professor Filé, pois ele tinha algumas propostas e sugestões sobre a relação entre tecnologia e educação. Na época, uma das demandas era a disponibilização de internet sem fio para professores e estudantes. Assim, foi criada uma comissão composta por técnicos do setor de tecnologia da informação e os professores Valter Filé e José Airton. O projeto, pioneiro na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, possibilitou a compra de equipamentos para a instalação de redes wifi nas dependências do Instituto Multidisciplinar.

Nesse período, outros projetos surgiram, como o *Infoprática*, que pretendia oferecer um curso de informática para os moradores do entorno do Instituto Multidisciplinar, cujo objetivo foi o de capacitar os participantes na instalação de programas e equipamentos, assim como a utilização destes.

A reaproximação com as atividades de ensino e extensão me motivaram a pensar na possibilidade de continuar os estudos no mestrado, e foi em uma conversa com o professor Valter Filé que surgiu o convite para participar do grupo de pesquisa **Educação, sociedade do conhecimento e conexões culturais**, coordenado por ele. O grupo possuía sua própria rede social e nesse espaço eram trocadas informações e debatidas algumas questões, como o recorte de algumas pesquisas de monografia, entre outros assuntos relacionados às pesquisas. Além dos debates na rede social, realizávamos um encontro mensal presencial em Nova Iguaçu.

Em 2012, tentei o ingresso no mestrado, mas não consegui a classificação. Depois de três anos apenas me dedicando às atividades técnico-administrativas, decidi fazer nova tentativa, após participação na função de tutor no curso de educação a distância de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas, que tinha como público-alvo os professores da educação básica da região da Baixada Fluminense. Minha função era ministrar um módulo sobre informática básica para estes estudantes, assim como oferecer suporte quanto ao uso da plataforma Moodle.

O meu interesse pelo debate sobre as questões étnico-raciais se intensificou com a participação neste curso. Como eu deveria estar sempre presente nas aulas que aconteciam às sextas e aos sábados, decidi participar delas também como ouvinte. Comecei a perceber que os assuntos debatidos ali também me provocavam, eu fazia parte do que era debatido: as relações raciais. As questões relacionadas à implementação da Lei 10.639/03, que altera a LDB 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, entre outras, despertaram em mim grande interesse e mais questionamentos, como os argumentos utilizados pelo movimento negro para justificar as cotas, a mudança de opinião de alguns juristas que antes eram contra as cotas e depois mudaram de ideia, etc. Todos estes acontecimentos reforçaram a possibilidade de dar continuidade aos estudos, mas como conciliar a minha licenciatura em Matemática e o meu interesse pelas questões raciais? As chances de aprovação no Programa de Modelagem Computacional da UFRRJ eram consideráveis, mas escolhi o mais desafiador. Na busca por respostas e referências teóricas, decidi concorrer a uma vaga no mestrado em educação, do PPGEDUC da UFRRJ. O desafio

era enorme, e por isso, tenho a certeza de que as participações no grupo de pesquisa foram fundamentais para minha aprovação, pois possibilitaram minha iniciação às atividades de pesquisa e ao campo das relações étnico-raciais. Durante o processo de escrita, fui descobrindo que eu estava apenas na ponta do *iceberg*, do tamanho da ponta de um lápis.

No momento da minha entrevista, uma das etapas da seleção do mestrado, o professor Filé questionou sobre minha disponibilidade em adaptar o meu pré-projeto para aproximá-lo aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo LEAM. É claro que aceitei, mas desde o início tive algumas dificuldades em vencer o velho hábito de ter certeza de tudo. No início das orientações coletivas, Filé nos dizia que precisaríamos nos tornar mais ignorantes, com o objetivo de estarmos mais abertos a outros conhecimentos, abertos ao novo. Mesmo tendo entendido e aceitado esta orientação, vez e outra eu era pego dando respostas às perguntas que não eram para serem respondidas de forma tão imediatista, ignorando os desafios que elas propunham. Nas palavras do Filé, eu “matava a pergunta”. Era o velho hábito de quem estava acostumado a ser especialista em tudo, herança da graduação em Matemática. Daí a lição, ouvida também em outros espaços do mestrado: se você já tem certeza de tudo, então não há mais o que pesquisar.

Abro um espaço para falar de uma experiência que vivi como professor. Tive a oportunidade de ministrar aulas em uma escola agrícola no interior do Espírito Santo, como mencionado anteriormente. A população daquela região é formada, principalmente, por descendentes de italianos e alemães e era possível contar quantos não eram brancos, incluindo eu mesmo. No Maranhão, a predominância era de negros e era raro encontrar pessoas de pele mais clara, um contraste com o lugar onde eu me encontrava.

É importante destacar que o retorno a esta fase da minha vida só aconteceu em função dos debates em torno das questões raciais, quando passei a refletir mais sobre minha condição de negro, nordestino e as minhas ações como professor.

Voltando ao caso do Espírito Santo, na turma da 6ª série, havia uma única menina negra. A diferença de tratamento dado a ela, por parte dos estudantes, era explícita. Mas esta não era considerada uma questão relevante para ser discutida pelo conselho da escola. Comentei com os colegas na expectativa de que alguém desse maior atenção para o que acontecia, porém, percebi que esta era uma questão com a qual eles não pareciam se importar. Para tentar amenizar, procurei fazer o que estava ao meu alcance em sala de aula, mas tomando cuidado para não acirrar ainda mais as discriminações que ela sofria. Eu sentia uma obrigação de preservar algo que os outros faziam questão de tentar destruir, a sua autoestima. Nesta escola, os alunos eram visitados periodicamente por dois professores escolhidos em

reuniões. Eu fui escolhido junto com outro colega para visitar alguns estudantes. Durante a visita a casa dessa aluna, conheci seus pais e descobri que ela tinha uma criação particular de preás (roedores), e cada um tinha um nome. Nesse espaço de tempo, eu aproveitei para conhecê-la melhor e, de volta à escola, nas aulas de matemática, trabalhamos exemplos de regra de três com a turma utilizando os preás que ela colecionava. Os olhos dela brilhavam. Afinal, algo que ela gostava muito estava em evidência na sala de aula.

Hoje fico pensando como eu poderia ter feito para ampliar o debate, no sentido de fazer algo além das “ações pontuais” que tomei. Como educador, o que eu faria hoje? Como eu poderia contribuir no combate à reprodução dessas desigualdades? Na época, já existia a Lei 10.639/2003, mas naquela escola, ela nunca havia sido sequer mencionada. Neste texto, a referência que faço às “ações pontuais”, só agora são identificadas ou nomeadas por mim, desta forma, porque tomei ciência de que já existia uma lei que poderia me auxiliar a provocar um debate sobre uma história que deveria ser contada ali. Eu não precisava agir sozinho, o fiz por desconhecimento, e considero que foi superficial, se comparado ao que a escola tinha obrigação de fazer.

Onde eu me implico nisso tudo? Meu pai é negro e eu, apenas agora, me considero também negro, mas por que apenas agora? Para além da cor da minha pele, existem outras questões que pretendo me aprofundar durante a minha pesquisa, como: O que significa ser negro? O que significa ser nordestino? Por que isso nunca foi discutido em minha família? Na igreja que eu e minha família frequentávamos, mesmo sendo no Maranhão, onde a predominância é de pretos e pardos, meu pai era o único negro daquela congregação, casado com minha mãe, branca com ascendência judia. Na minha família nunca tocamos no assunto sobre a cor da pele, mas agora ressurgem algumas lembranças. Uma destas tem relação à minha tia por parte de mãe que tinha vergonha do seu companheiro por ele ser negro. Há 2 anos quando fui visitá-la no interior do Maranhão, minha mãe que sabia que ele estava em casa, escondido num quarto, foi buscá-lo para apresentá-lo a mim. Outra lembrança é sobre as escolas em que estudei, lembro-me de ter apenas um professor de pele mais escura, no ensino médio. Já na universidade, nenhum. Refletir sobre isso agora dá um nó na cabeça. Por que eu ainda não havia parado para pensar sobre isso? Como eu poderia contribuir para o enfrentamento destas questões, principalmente nos ambientes de formação?

Tudo o que sei é que depois de iniciar minhas pesquisas sobre as relações raciais sem ter estudado os grandes autores da área, me vi forçado a pensar sobre alguns aspectos da minha vida familiar, profissional e mesmo da ordem da minha ancestralidade, que eu nunca havia parado para pensar. Uma tia que tinha vergonha do marido negro e o escondia das

visitas; o meu pai, o único negro (adulto) em uma Igreja Presbiteriana; a ausência de professores negros na escola e na graduação...

Na Matemática você tem várias definições e muitas receitas de bolo. Ela é seduz porque responde a várias perguntas, tudo é muito ensaiado. Muita repetição e reprodução. Como responder a algumas perguntas sem seguir os mesmos métodos tradicionais? Eu esperava um modelo de fácil assimilação, mas encontrei algo diferente. Confesso que a proposta é desafiadora, uma escrita em que eu estou presente, não é uma repetição. É um esforço para produzir algo de minha própria autoria. Por isso, é bem difícil para eu escrever, não pensei que pudesse fazer assim, primeiro fazer as perguntas expondo as minhas limitações e só depois, quando surgir a necessidade, convidar os autores para me ajudar a pensar sobre meus questionamentos, e não para falar por mim. Aprendi esta nova forma de escrever no grupo de pesquisa LEAM e escrevendo a minha dissertação.

Soará estranha a próxima questão, mas vamos lá: Você já imaginou em que ponto (computador) começa a internet? Qual computador é considerado o principal? Nenhum! Essa rede é formada de vários pontos, cada um de nós constitui um ponto que faz parte da rede, mas você a acessa porque tem demandas, questões, perguntas. O que move uma rede são as perguntas, elas são os pontos de partida. Sendo assim, inicio meus questionamentos partindo das reflexões que fiz a partir de algumas experiências que vivenciei: Como o racismo aparece nas pesquisas acadêmicas? Como o tema se desbobra nas disciplinas na pós-graduação? Que recortes e metodologias adotam as pesquisas sobre esse tema do PPGEDUC e de outros programas?

Estes eram os meus limites, esta é minha honestidade intelectual. Existem várias coisas que eu não sei, que preciso saber, mas que antes não precisava. Não havia perguntas. Não era necessário perguntar. Perguntar expõe, causa desconforto em você ou em quem não deseja lhe responder. Agora, mais consciente dos meus limites e livre das amarras da certeza, foi possível aceitar a mudança que estava por vir, diante dos problemas enfrentados durante a pesquisa. Portanto, é com muita alegria que finalizo esse trabalho. O tema da pesquisa está organizado em três capítulos: No primeiro capítulo, “Porque negra é nossa vida”, tratamos de alguns aspectos que cercam o racismo, explorando os conceitos de racismo, preconceito, discriminação, racismo digital e racismo institucional/estrutural. No segundo capítulo, “A pesquisa nos meios digitais”, apresentamos as ferramentas virtuais utilizadas nas primeiras tentativas de exploração da rede. Isso nos permitiu receber por e-mail, novos casos de racismo nas redes sociais digitais. No terceiro capítulo, “O Estado da Arte em Racismo Digital”, iniciamos as pesquisas no catálogo de teses e dissertações da CAPES, detalhando o

caminho percorrido para selecionar os estudos relacionadas à temática do racismo digital. Para cada pesquisa, foram destacados seus respectivos objetivos, referenciais teóricos e metodologias. Em seguida, os dados coletados foram foram sistematizados em tabelas e gráficos. Com esses dados, nos foi possível realizar uma leitura mais apurada do conjuntos de estudos encontrados. E por fim, em “Considerações Finais”, apresentamos os possíveis desdobramentos que podem ser realizados a partir desse estudo.

1 PORQUE NEGRA É A NOSSA VIDA

Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia.

Carolina de Jesus

São as palavras de Carolina de Jesus que inspiram a produção desse capítulo. Mulher negra, escritora e mãe de 3 filhos. Filha de pais lavradores e analfabetos, estudou até um pouco antes de completar a segunda série do primário, mas foi o suficiente para desenvolver o gosto pela leitura e registrar tudo o que se passava em sua vida, usando cadernos encontrados no lixo enquanto catava papéis para sobreviver. Carolina nasceu em Sacramento (MG) e migrou para a Zona Norte de São Paulo em 1947, após ter sido acusada injustamente de furtar dinheiro da igreja. Já na capital paulista, onde trabalhou na casa do cardiologista Euryclides de Jesus Zerbini, Carolina renunciava a suas folgas para poder ter acesso à biblioteca da casa. Para muitas pessoas é um exemplo de resistência (ou de sobrevivência). Resistência ao abandono e ao racismo institucional. Nas diversas faces do racismo, seja o racismo como ideologia, como práticas discriminatórias, como estrutural ou institucional, ou como o racismo agora praticado nos meios digitais, as mais atingidas são as mulheres negras.

Escrevo aqui sobre Carolina de Jesus, e já apresento um dos resultados da pesquisa: o racismo digital não atinge a todos os negros da mesma forma, as mulheres negras são as que tem salários menores, menor acesso à escolarização, são as mais negligenciadas, no caso do racismo digital, são as mulheres negras que mais sofrem ataques. Para a Filósofa Djamila Ribeiro, “as mulheres negras são o grupo que acaba sofrendo mais. Sofre mais estupro, mais violência doméstica e na mão do Estado, sobretudo, na questão da saúde, com altos índices de mortalidade materna de mulheres negras e da violência obstétrica sobre essa população” (RIBEIRO, 2016, n.p). Portanto o racismo não é algo homogêneo, perceber essa heterogeneidade torna ainda mais desafiadora uma pesquisa com esse tema. Nesse capítulo, vamos tratar de alguns aspectos que cercam o racismo. Vamos começar a discorrer sobre essa temática com a análise de uma pesquisa realizada na internet que indica a existência do racismo institucional no Brasil. No segundo momento, trataremos dos conceitos de racismo, preconceito e discriminação. Terminaremos o capítulo nos debruçando sobre o tema do racismo digital, recorte adotado nesta pesquisa.

1.1 O que é racismo institucional/estrutural?

Como anunciado na introdução, foi somente com o contato com os cursos ministrados pelo Laboratório de Estudos Afro-brasileiros (LEAFRO) que comecei a perceber minha negritude, a partir disso busquei compreender a condição do negro na sociedade brasileira. Ao identificar minha origem e pertencimento, pude perceber que, embora seja negro, a cor da minha pele nunca marcou a minha exclusão. Nesse sentido, algum tempo depois de ter feito a pergunta que dá origem a esse tópico, pensando nas diversas faces do racismo, recebi uma mensagem pelo Facebook que apontava para uma página, na mesma rede social, do governo do Estado do Paraná. Trago as informações presentes nessa publicação a seguir, elas constituem as primeiras informações do meu campo de pesquisa:

O vídeo mostrava um teste de imagem realizado com dois grupos de Recursos Humanos responsáveis, entre outras funções, pela contratação de novos funcionários de uma empresa. Ao primeiro grupo foram apresentadas fotos de pessoas brancas realizando algumas atividades, como: aparando plantas em um jardim, cortando legumes em uma cozinha, analisando uma roupa, correndo, etc. A este grupo, cujos personagens das fotos eram todos brancos, foram dadas classificações como, “dono da casa” (aparando plantas), “dona de casa” (mulher branca na cozinha), “homem atrasado para compromisso” (homem branco correndo na rua), “designer de moda” (mulher branca analisando a roupa), “grafiteira” (mulher branca com lata de *spray*), “executivo da área de finanças” (homem de terno e gravata pretos), etc. Para o segundo grupo, foram apresentadas as mesmas fotos/imagens, com as mesmas roupas, mas com atores negros. As classificações foram, em maioria: jardineiro, cozinheira, costureira ou vendedora de roupas, pichadora, segurança de shopping ou motorista.

Nos créditos do vídeo, encontrei o site “contraracismo.pr.gov.br” no qual foram criados menus para: vídeo, o racismo institucional, o experimento, estatísticas. A campanha promovida pelo governo do Paraná alcançou 8 milhões de visualizações em apenas 1 dia. As estatísticas apresentadas no site, cujas fontes são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontavam para a diferença salarial entre brancos e negros, a influência da cor da pele na vida profissional, o baixo número de pessoas negras em posição de liderança, baixos salários, entre outros.

A publicação veio em boa hora para me ajudar a entender o significado de racismo institucional. Foi ela o primeiro fio que guiou a escrita deste capítulo. Portanto, conceituamos racismo institucional como aquele praticado pelas instituições públicas e privadas que discriminam levando-se em consideração a cor da pele.

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (LOPEZ, 2012, p. 128).

O professor Renato Ferreira dos Santos, militante do movimento negro, citando o jurista e autor de livros sobre concursos públicos, William Douglas, destacou que o jurista em questão, se surpreendeu em uma de suas palestras, proferida em uma empresa privada, com os números de executivos negros que ocupavam o auditório. Ele estava acostumado a ver outro perfil em suas palestras, geralmente composto por homens brancos ocupantes de cargos executivos, principalmente em instituições privadas.

Ao final da palestra, William Douglas perguntou ao responsável daquela empresa se eles haviam adotado o sistema de cotas. Para sua surpresa, a resposta foi “não”, eles apenas decidiram que a seleção seria feita com base no currículo e que a cor da pele não deveria influenciar no processo de contratação.

Este caso ilustra bem dois pontos de vista, primeiro o do palestrante que se surpreende com o que não está acostumado a ver. Segundo o dirigente da empresa, que não permite que o processo seletivo de seus futuros funcionários discrimine grupos raciais, pondo-os em desvantagem em relação aos demais que atendem a um padrão esperado.

Talvez a visão do palestrante estivesse permeada, ou seja, reflexo do racismo estrutural, que reforça percepções e práticas preconceituosas. A surpresa do palestrante quando viu que havia negros na plateia onde, historicamente, é preenchida por homens brancos. Como bem destaca Campos (2017, p. 15), estruturas e sistemas só produzem efeitos racistas na medida em que reforçam percepções, que posteriormente se traduzem em condutas discriminatórias e reforçam ideologias de inferioridade racial que também podem influenciar percepções e práticas. Ainda segundo o autor, racismo institucional é um desdobramento do reconhecimento de que o racismo se estrutura em três dimensões: a dimensão baseada em ideologias; a dimensão baseada em práticas preconceituosas e discriminatórias; e a dimensão institucionalista, estruturalista ou sistêmica. Os conceitos estruturalistas, institucionais ou sistêmicos surgiram no bojo do demérito das ideologias racistas após a Segunda Guerra Mundial, assim como a ampla condenação das práticas racistas como o preconceito e a discriminação. Mais especificamente, como descrito por Moraes (2013):

O termo Racismo Institucional surgiu na década de 1960 através do Movimento Negro Norte-americano, mas foi definido apenas na década de 1990 na Inglaterra,

como resposta ao assassinato do jovem negro Stephen Lawrence por uma gangue branca. O Relatório Macpherson, documento judicial relativo ao caso, ampliou a questão isolada do assassinato argumentando que não apenas os policiais que lidaram com o caso operaram de forma discriminatória, mas a própria instituição policial acionou dispositivos diversos de leniência que findou, no primeiro momento, com a absolvição de todos os criminosos (MORAES, 2013, p. 11).

Mas como interromper este processo, que ainda nos dias de hoje contamina as estruturas das instituições? Como afirma Filé (2016, p.17), um dos pontos de entrada para atuar contra o racismo estrutural brasileiro é a educação e os encontros interculturais, a produção de desigualdade que acontece no processo de escolarização. Em Cavalleiro (2016, p. 84), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

No que diz respeito ao sistema de ensino em uma sociedade racista, as crianças brancas e negras – desde a educação infantil, por meio do currículo escolar – contam com uma série de atividades que, de maneira sub-reptícia, lhes apresentam atitudes e comportamentos socialmente hierarquizados em relação às pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais. [...]As crianças dispõem ainda dos meios de comunicação (televisão, jornal, filmes, livros, gibis, revistas, rádio, etc.) como um importante influenciador para as atitudes raciais. Os programas televisivos constituem um mediador ímpar na apresentação de um mundo hierarquizado, com normas e valores demarcados em relação aos grupos raciais que compõem a sociedade.

As escolas vão ajudando a manter o racismo porque ignora as diferenças (FILÉ, 2016), adota-se um modelo que não condiz com a nossa realidade. Para citar um exemplo desta sutileza, me desloco para o ano de 2016, quando a cidade do Rio de Janeiro estava prestes a iniciar os Jogos Olímpicos. No mural da escola pública municipal, um cartaz exibia a foto de uma criança vestida com a camisa da seleção brasileira e uma medalha em seu peito. Tratava-se de um convite para tirar uma foto com a camisa canarinho, mediante o pagamento de R\$ 20,00. Com um olhar mais atento, é possível perceber o quanto reproduzimos a utilização de modelos que não correspondem à realidade. A realidade de uma escola com a maioria dos estudantes negros, cujos ídolos também são negros, mas raramente conseguem se ver representados em livros, cartazes e campanhas publicitárias.

Ao problematizar a origem de uma dimensão do racismo como o institucional/estrutural, somos impelidos a investigar também suas outras dimensões ou conceitos, como o racismo propriamente dito, o preconceito e a discriminação.

1.2 Racismo, preconceito e discriminação

O racismo e suas variações, sobretudo o que ocorre nas redes sociais digitais, continua sendo um dos principais males na atualidade. Independente dos enquadramentos utilizados, o que paira no ar é a sensação de impunidade daqueles que cometem tais crimes. E, nesse sentido, ponderando ainda, como sugere Campos (2017, p. 8), a legislação brasileira antidiscriminatória criou um paradoxo legal ao separar atos discriminatórios de discursos racistas. Quando se tratam de atos discriminatórios ou atos racistas, nossa legislação se utiliza da Lei do Crime Racial, nº 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito. A Lei possui 22 artigos e sofreu alterações para se adequar à nova realidade imposta pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, como por exemplo em seu Art. 20, em seu inciso II, que determina “a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio” (Brasil, 2012)². E em seu inciso III, do mesmo parágrafo faz referência “à interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores” (Brasil, 2012).

A Lei do Crime Racial veio para regulamentar o que diz a nossa Constituição Federal, no Art. 5º, que considera o racismo um crime inafiançável e imprescritível. Mas poucos são os casos que, ao serem registrados em delegacias, conseguem ser classificados como racismo.

Embora a Lei do Crime Racial 7.716/89 tenha sido alterada para incluir os crimes praticados em ambientes virtuais, Campos (2017) alerta que, enfatizar o papel dos atos discriminatórios na reprodução do racismo leva a estratégias legais focadas na tipificação desses atos e na prescrição de punições para eles. Ou seja, ao denunciar crimes de caráter racial, a tendência é que a ocorrência seja registrada como injúria racial, mais branda, cuja letra da Lei diz que:

Injúria Racial – Código Penal Brasileiro Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Código Penal, 2017, p.57)

² A Lei 12.735/2012 alterou a Lei 7.716/89, com o objetivo de tipificar as condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Juristas são categóricos ao declararem que injúria por preconceito não se confunde com o racismo previsto na Lei 7.716. Nesta Lei, o que se pressupõe é uma espécie de segregação em função da raça ou da cor. Mas com relação ao art. 140, o crime é praticado através de xingamentos envolvendo a raça, cor, etnia, religião ou origem da vítima.

Atualmente, há um intenso debate no judiciário relacionado ao julgamento do *habeas corpus* 154.248/DF, prestes a ser julgado no Supremo Tribunal Federal, que consiste em decidir se o crime de injúria racial será equiparável ao crime de racismo previsto na Lei 7.116/89. Caso a maioria dos votos seja pela equiparação, os casos de injúria racial tornar-se-ão imprescritíveis e inafiançáveis. Desta forma, os casos de ofensas raciais dirigidas a um indivíduo terão o mesmo tratamento dado de ofensas dirigidas a um grupo.

Mesmo que o legislador tenha acrescentado o qualificador dos crimes de injúria, ao incluir o parágrafo 3º, o que se tem percebido é um descontentamento cada vez que é noticiado que determinado crime de injúria por preconceito recebe a tipificação mais branda, com direito a pagamento de fiança e prescrição. Uma óbvia mensagem de impunidade para os autores, e de injustiça para as atuais e futuras vítimas. E, ao pensar na mensagem, entendemos que a ofensa, apesar da letra da lei, não atinge apenas o indivíduo, mas um grupo. O entendimento no meio jurídico é que se a ofensa racial foi direcionada para um indivíduo específico, cabe o enquadramento (ou tipificação) como injúria preconceituosa, mas a depender do alinhamento do delegado que receber a denúncia, talvez entenda como injúria qualificada. Por outro lado, se a ofensa racial é direcionada a um grupo, o que é mais raro, é tipificado como racismo e, portanto, inafiançável e imprescritível.

Com todas estas pistas, é possível perceber que o racismo está relacionado às práticas que visam a segregação, eliminação e ofensa à dignidade de pessoas que possuem características diferentes daqueles que se acham superiores. “É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê” (SANTOS, 1990, p. 26). Sobre o percurso do racismo no Brasil, Walter Filé (2013) destaca que:

A própria história já traz apostas que pretendiam a eliminação dos negros, inclusive usando a ciência para justificar a sua inferioridade (quando já se tinha usado o argumento de que por não serem cristãos não tinham alma, como os indígenas e, portanto, estaria bem que fossem escravizados, que fossem tratados como animais, coisas e/ou objetos). Por isso, estaria bem quem fizessem parte da lista dos bens, da propriedade privada de um “ser humano”, portanto, branco e cristão, que ao instituir-se como modelo universal, instituiu também os que não correspondem e jamais poderão corresponder a tal modelo. (FILÉ, 2013, p. 14).

Nesta mesma linha de argumentação, Houfbauer acrescenta que antes da ideia de branco e negro, existia a discriminação em função da filiação religiosa, pois “enquanto os indígenas do Novo Mundo foram vítimas de escravizações, eles eram qualificados não apenas como ‘índios’³ ou ‘gentios’ mas também eram chamados simplesmente de ‘negros’” (HOFBAUER, 2003, p. 71). Ou seja, não tinham alma, eram não cristãos, pagãos e carregavam consigo a marca do pecado, eram, portanto, negros. Mais adiante, com o tráfico de africanos mais constante, os jesuítas passaram a exercer o papel de tutores dos indígenas, o que levaria a uma mudança no discurso dos padres. Como descrito por Hofbauer, o padre Antonio Vieira, já não relacionava a maldição de Ham com os povos indígenas. E ainda recriminava severamente os senhores pelo fato de chamarem os indígenas de “negros” com o único intuito de justificar a sua “escravização” (idem, p. 71). Segundo o velho testamento da Bíblia, Noé amaldiçoou Ham (ou Cam), cujos descendentes deveriam ser servos (escravos) dos seus irmãos. Ao Brasil, chegaram os europeus, e com eles a ideia de que os negros eram descendentes de Ham, pecadores, dignos de serem escravizados. E essa escravidão era justificada também pela possibilidade de se redimirem, como explica Hofbauer, “o transporte de escravos africanos para o Novo Mundo era incentivado no discurso jesuítico como ‘resgate’. Ou seja, como uma espécie de empresa de salvação que possibilitaria a ‘reintegração’ de seres humanos ‘enegrecidos’ na grande família da cristandade” (2003, p.72). Engana-se quem pensa que isso é coisa do passado, ou que estes mitos não são mais usados para discriminar. É possível encontrar nos ambientes digitais líderes religiosos/políticos que ainda acreditam nesta “maldição”, como é o caso do Pastor Marco Feliciano, que publicou a seguinte mensagem na rede social Twitter:

³ Termo pejorativo utilizado pelos colonizadores. O termo correto para tratamento é indígena, pois possui significado mais respeitoso. O termo **indígena** significa “natural do lugar que se habita” ou “originário, aquele que está ali antes dos outros”.

Imagem 1 – Mensagem publicada pelo deputado Marco Feliciano



Fonte: site de notícias UOL⁴

Mesmo que a mensagem tenha sido apagada, o mesmo não se pode dizer sobre os seus efeitos no imaginário de quem a visualizou (leu). Declarações como essas reforçam generalizações e, portanto, o preconceito, fornecendo uma falsa explicação para a origem dos males que afligem a população negra no Brasil, recorrendo a um argumento medieval. Um preconceito que associa a cor da pele/raça à culpa ou ao pecado. Uma simplificação psíquica, como sugere Jesus (2014, p. 20), citando o filósofo russo Ivan Pavlov, ao definir que “[...] o preconceito seria uma forma de economia psíquica, por meio da qual as pessoas tentam facilitar o seu entendimento do mundo por meio da adoção de imagens generalizadas, e geralmente parciais ou falsas, acerca dos indivíduos e grupos”. Pensar requer gasto de energia. Não se deseja problematizar, refletir sobre a generalização ou sair do conforto proporcionado pelas certezas, é mais cômodo aceitar a explicação simplista. É o oposto ao deslocamento para se obter outro ponto de vista e reside, como nos diz Sodré (2010, p. 325), na resistência à diversidade e implica em juízo e julgamento.

Obviamente que as questões abordadas aqui me fazem refletir sobre minha condi o.   possível perceber no dia a dia as várias manifesta es de preconceito ou pr -julgamentos também sobre os nordestinos. Sempre associando uma imagem negativa, que visa a imprimir a ideia de baixa capacidade cognitiva a negros, nordestinos, indígenas, etc. Na vitrine das redes sociais digitais, de tempos em tempos,   possível observar atitudes condenáveis pela sociedade, como a que ocorreu em julho de 2021, quando a atriz e youtuber Ant nia Fontenelle, ao comentar as agressões cometidas por um cantor nordestino, declarou que “Esses para bas fazem um pouquinho de sucesso e acham que podem tudo”(FONTENELLE,

⁴Dispon vel em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm>>. A acesso em: 25 de jul de 2021

2021). Tal declaração gerou reações indignadas nas redes sociais e, ao tentar se justificar, a atriz argumentou:

Esse bando de desocupado aí da máfia digital que não tem nada o que fazer. Se juntaram pra agora me acusar de xenofobia. De novo? Num cola! Já tentaram me acusar de xenofobia. [...] Porque eu falei esses paraíba (sic), quando começam a ganhar um pouquinho de dinheiro acham que podem tudo. Paraíba eu me refiro a quem faz paraibada, pode ser ele sulista, pode ser ele nordestino, pode ser ele o que for. Se fizer paraibada, é uma força de expressão (G1 PB, 2021).⁵

Percebe-se, portanto, que o juízo e julgamento a respeito dos nordestinos possui uma certa congruência com o praticado contra negros no Brasil. Segundo Zanlorenzi (1998), um dos motores deste preconceito surgiu nos últimos 50 anos, com a intolerância dos imigrantes europeus, que não queriam ser equiparados aos brasileiros pobres com quem disputavam o mercado de trabalho e o espaço urbano, como em São Paulo e Rio de Janeiro, para onde migraram milhares de nordestinos. Em São Paulo, utiliza-se o termo “baiano” (equivalente à “paraíba” no Rio de Janeiro), para se referirem a todo e qualquer nordestino, com um sentido pejorativo, como tolo e ignorante, como exemplifica Zanlorenzi (1998, p. 35), “fora da Bahia, o termo ‘baiano’, segundo o Dicionário Houaiss, significa tolo, negro, mulato, ignorante e fanfarrão. E se refere a trabalhadores desqualificados oriundos de todos os estados do Nordeste”.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), discriminação significa:

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966).

Alguns conceitos têm seus sentidos modificados ao longo da história, daí a necessidade de entendermos um conceito dentro do contexto no qual estão inseridos (GUIMARÃES, 2003). É importante perceber que, apesar de serem conceitos distintos, a base de todos eles tem sua origem nas ideias evolucionistas do século XIX, o nascedouro do racismo (XAVIER, 2014).

⁵ QUEIROZ, Danilo Queiroz. Antônia fontenelle é criticada após comentário xenofóbico ao repudiar DJ Ivis. G1 PB, Paraíba, 12 de jul de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/07/12/artistas-e-influenciadores-da-pb-repudiam-antonia-fontenelle-por-fala-xenofobica-ao-criticar-dj-ivis.ghtml>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

1.3 Racismo digital, o que é?

Se a luta contra o racismo é algo muito mais amplo, que não pode ser enfrentado particularmente apenas por aqueles que se sentem atingidos, é possível afirmar que a cultura digital deve ser incluída como um lugar de disputa.

Sendo assim, nesta pesquisa, entendemos por racismo digital aquele praticado em ambientes virtuais, configurando-se como uma face do racismo que se manifesta na vida cotidiana, mas que recebeu, com o advento e popularização das redes sociais digitais, potência e visibilidade, expondo o racismo velado da pseudo democracia racial brasileira.

Além disso, considerando estes elementos, é possível entender que o racismo digital também faz parte das práticas decorrentes do discurso do ódio, o qual, segundo Winfried Brugger (2007, p.15), “consiste na manifestação de ideias que incitam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”(apud MOURA, 2016, p.12). Durante este estudo, foi possível perceber que os praticantes do racismo digital, entre outros motivos, apoiam-se em dois equivocados pilares: o primeiro, está relacionado a falsa ideia de que o anonimato está garantido com a criação de perfis falsos e que, portanto, nunca será descoberto. O segundo equívoco está relacionado à ideia de que o ambiente da internet, por ser desprovido de fronteiras, pode ser utilizado para ultrapassar os limites da liberdade de expressão, projetando para a grande rede o que ficava restrito a esfera individual ou a grupos que compartilhavam das mesmas ideologias. Essas duas ideias indicaram a necessidade de adaptar nossa legislação de forma a considerar e incluir os cibercrimes.

2 A PESQUISA NOS MEIOS DIGITAIS

Eu estou saindo do Twitter hoje com lágrimas nos olhos e um coração muito triste. Tudo isso porque eu fiz um filme. Você pode ter odiado o filme, mas não pode ser pior que a merda que eu passei hoje.

Leslie Jones

A epígrafe que abre esse capítulo é o relato da atriz americana Leslie Jones que interpreta Patty Tolan, na nova versão de *Caça-Fantasmas*. A atriz sofreu intensos ataques de racistas no microblog Twitter. Uma das mensagens postadas por ela no dia 18 julho de 2016 foi “Ok, eu já fui chamada de macaco, recebi fotos de bundas e até uma imagem com esperma no meu rosto. Estou tentando descobrir o que é o ser humano. Desisto”(G1, 2016)⁶. No mesmo dia, apesar dos apelos feitos por ela, por seguidores e pelo diretor do filme, os ataques continuaram e Leslie se retirou dessa rede social. O recolhimento que o racismo ainda impõe a suas vítimas representa o principal desafio desta pesquisa: como realizar uma pesquisa sobre um tema que ainda silencia suas vítimas? Que caminhos metodológicos percorrer para desenvolver uma pesquisa que busca conhecer o que as pessoas pensam e a forma como vivem/manifestam o racismo digital? São recentes as pesquisas que tomam a internet como objeto de investigação, mais recentes ainda são as que tratam de racismo nesse ambiente. Diante dessa constatação, nossa primeira opção metodológica foi dar um mergulho nas redes sociais para a partir dos posts, comentários e imagens publicadas nas redes sociais encontrar pistas sobre as estratégias de produção de dados e as categorias que deveriam cercar nossas análises. É o resultado desse mergulho que apresentamos nesse capítulo.

O trabalho de campo começou no dia 10 de julho de 2016, um domingo. Era a final da Eurocopa entre França e Portugal. Algo chamou a atenção da minha esposa durante a apresentação dos jogadores de Portugal. O comentário foi sobre a quantidade de atletas negros naquela seleção. Achei o comentário interessante e fui pesquisar, apesar de não ser fã de futebol. Sete dos titulares que os franceses e portugueses escalaram para aquele jogo nasceram fora da Europa. Todos os outros eram descendentes de famílias que migraram para o continente ao longo do século passado. Pela França, havia jogadores nascidos no Senegal, Camarões e em Réunion, uma ilha no sudeste africano, próxima de Madagascar. Já Portugal teve titulares que vieram de Angola, Cabo-Verde além do brasileiro Pepe, zagueiro que é

⁶Leslie Jones, de 'Caça-fantasmas', publica insultos racistas que recebeu.. Portal G1, 2016, São Paulo, 18 de jul de 2016. Cinema. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2016/07/leslie-jones-de-caca-fantasmas-publica-insultos-racistas-que-recebeu.html>>. Acesso em: 25 de jul de 2016.

natural de Alagoas. A Eurocopa aconteceu no período em que se debatia, assim como na atualidade, a questão das fronteiras e da imigração.

Foi a partir daquele dia que acionei uma ferramenta que passaria a enviar para meu e-mail notificações sobre as questões raciais em mídias sociais. Essa ferramenta é um recurso do Google. A partir de então passei a receber automaticamente e-mails sobre “racismo digital”. O recurso inicialmente utilizado foi o Google Trends (uma ferramenta que informa os termos mais buscados no site em um determinado período de tempo). Contudo, com o tempo percebi que esta não me atenderia, pois só seria notificado quando o termo pesquisado alcançasse um incremento considerável. Receberia algo como “As pesquisas do Google sobre racismo aumentaram 13% na semana passada”, o que não atenderia ao interesse da pesquisa. Era necessário buscar uma alternativa que permitisse o envio de notificações em tempo real. Pesquisando um pouco mais, descobri outra ferramenta chamada Google Alerts, um serviço do Google que retorna resultados de uma pesquisa enviando-os diretamente para o e-mail do usuário sempre que encontra nova citação de um termo predeterminado. Ou seja, assim que surgisse uma publicação na internet contendo a palavra racismo, eu receberia um alerta por e-mail. Sendo assim, os termos inseridos foram: racismo, racismo nas redes sociais e racismo no Facebook. No mesmo dia, recebi do Google Alerts um e-mail com 21 alertas sobre racismo. Após receber estas notificações, fiz uma sondagem, ou busca manual, na internet usando estes termos para testar e comparar com o que eu recebi por e-mail.

Nessa busca manual, ao pesquisar por racismo digital, encontrei: uma página do Facebook e uma matéria da revista Exame. A matéria tinha como título “Os 5 casos de racismo que chocaram o Brasil”, datada de 02/04/2015 e a página do Facebook tratava do caso de uma criança de 7 anos que sofreu racismo em uma loja da BMW, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em 2013. No caso do racismo publicado no facebook, os pais da criança, que são brancos, criaram a página “Preconceito racial não é mal entendido”, cuja descrição segue abaixo:

Meu nome é Priscilla Celeste, meu marido e eu somos brancos e temos um filho negro de sete anos. Já vivenciamos diversos episódios de preconceito racial e sempre optamos por não denunciá-los para não expor nosso filho. Na semana passada, aconteceu novamente, em um estabelecimento comercial na zona oeste do Rio de Janeiro. Enviamos um e-mail à empresa denunciando o ocorrido: a resposta foi uma descabida desculpa, caracterizando o fato como um mal-entendido. Decidimos agir, por isso criamos essa página, que pretende ser um fórum para todos os que quiserem se manifestar contra o preconceito de raça. Já é hora de mostrar a essas pessoas que racismo não é mal entendido, é crime!(CELESTE, 2015)⁷.

⁷ CELESTE, Priscilla. Preconceito racial não é mal entendido. Rio de Janeiro, 20 de jan de 2013. Facebook: priscillaceleste. Disponível em: <https://www.facebook.com/PreconceitoRacialNaoEMalEntendido/posts/395965900495003>. Acesso em: 25 jul de 2016.

Os casos encontrados na pesquisa exploratória se somaram às notificações recebidas via ferramenta do Google que começaram a chegar na minha caixa de e-mail, em comum, eram casos de racismo digital envolvendo principalmente personalidades da mídia, no Brasil e nos EUA, casos de ataques racistas cujos responsáveis foram encontrados pela polícia e processados. Esses casos serão apresentados na próxima seção.

2.1 Achados durante o navegar

Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé [...]
Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer...

Gilberto Gil

O mar não tem esquinas, ou seja, a metáfora de passear pela internet não é a mesma das metáforas de trajetória usadas na escrita verbal linear. Na escrita verbal linear, trajetória pressupõe caminho, algo dado, predeterminado. Na internet não existe uma trajetória linear – e isso influencia esta pesquisa. As metáforas são referentes à navegação, portanto, ao mar. São outras orientações: não mais as guias da estrada ou a trilha, o sulco produzido pelos pés no caminho. Talvez agora nos ajudem os astros, as estrelas. E isso tudo interfere na metodologia, no modo de pesquisa. “O mar não tem esquinas.”

Sendo guiado pelas correntezas do Google Alerts, aportei em sites e páginas do Facebook que desconhecia até então, como o site *Geledés*, o site *Observatório da Discriminação Racial no Futebol*, a página do Facebook *Eu Empregada Doméstica*, a página do Facebook *Preconceito Racial Não é Mal-entendido*, entre outros que noticiam os casos de racismo.

Dentre os casos coletados durante o navegar, começo pelo drama vivido pela jovem **Maria das Dores**, na época com 20 anos. Maria postou uma foto no seu perfil do Facebook em 2014 em que aparece abraçada com seu namorado, um rapaz branco, e foi alvo ataques racistas. Este é o caso mais antigo registrado na pesquisa, e se destaca porque o racismo nas mídias digitais gira em torno das pessoas que são famosas, mas não se restringe a elas.

Pessoas comuns também são vítimas de ataques racistas na internet, não apenas famosos. Segundo o site de notícias G1, em publicação do dia 28 de agosto daquele mesmo ano, o casal procurou a polícia para registrar uma queixa. O delegado do caso informou que uma parte dos perfis dos que realizaram o ataque era de pessoas reais e a outra parte de perfis falsos. Outra característica deste caso é que havia adolescentes entre aqueles que foram identificados como autores do crime de racismo.

O segundo caso é da atriz Taís Araújo. Os ataques racistas ocorreram em outubro de 2015, quando foram feitos vários comentários racistas em uma de suas fotos no seu perfil do Facebook. Após ocorrência, Taís postou o seguinte comentário em seu perfil:

É muito chato, em 2015, ainda ter que falar sobre isso, mas não podemos nos calar. Na última noite, recebi uma série de ataques racistas na minha página. Absolutamente tudo está registrado e será enviado à Polícia Federal. Eu não vou apagar nenhum desses comentários. Faço questão que todos sintam o mesmo que eu senti: a vergonha de ainda ter gente covarde e pequena neste país, além do sentimento de pena dessa gente tão pobre de espírito. Não vou me intimidar, tampouco abaixar a cabeça. Sigo fazendo o que sei fazer de melhor: trabalhar. Se a minha imagem ou a imagem da minha família te incomoda, o problema é exclusivamente seu! Por ironia do destino ou não, isso ocorreu no momento em que eu estava no palco do teatro Faap com o “Topo da Montanha”, um texto sobre ninguém menos que Martin Luther King e que fala justamente sobre afeto, tolerância e igualdade. Aproveito pra convidar você, pequeno covarde, a ver e ouvir o que temos a dizer. Acho que você está precisando ouvir algumas coisinhas sobre amor. Agradeço aos milhares que vieram dar apoio, denunciaram comigo esses perfis e mostraram ao mundo que qualquer forma de preconceito é cafona e criminosa. E quero que esse episódio sirva de exemplo: sempre que você encontrar qualquer forma de discriminação, denuncie. Não se cale, mostre que você não tem vergonha de ser o que é e continue incomodando os covardes. Só assim vamos construir um Brasil mais civilizado. A minha única resposta pra isso é o amor! (ARAÚJO, 2015)⁸.

O terceiro caso é da jornalista e apresentadora de televisão Maria Júlia Coutinho, conhecida como Maju. A jornalista foi alvo de comentários racistas na página do Jornal Nacional no Facebook, no mês de julho de 2015. Alguns internautas escreveram comentários racistas na postagem com a foto da jornalista. No Twitter, ela respondeu a um dos comentários no Twitter: “Beijinho no ombro”.

Também entre as famosas está o caso da atriz Sharon Menezes. Em dezembro de 2015, a atriz também foi vítima de vários comentários racistas em uma de suas fotos postadas no Facebook. Ela denunciou o caso na Delegacia de Repressão aos Crimes de Internet, assim como outras atrizes o fizeram. Ela destacou que ficou triste por aquelas pessoas que sofrem com racismo, mas que não têm condições de denunciar por razões como falta de tempo, falta de orientação/informação sobre como fazer a denúncia, como ela e seus colegas (artistas) fizeram.

⁸ARAÚJO, Taís. Taís Araújo. Rio de Janeiro, 01 de nov. de 2015. Facebook: taisdeverdade. Disponível em: <<https://www.facebook.com/taisdeverdade>>. Acesso em: 17 de nov. de 2016

Desprezíveis. Racistas. Não adianta entrar na minha página e escrever absurdos, xingamentos e agressões pois vão ter que engolir a mim e a tantas outras pessoas negras em nosso país! Já esperava por isso depois do que fizeram com minhas amigas e colegas, então quero lhes dizer que saiam da frente com sua inveja, pois estamos passando com o nosso cabelo maravilhoso, com a nossa linda cor, nossa beleza, nossa educação e nossa inteligência. Não adianta colocar uma máscara de macaco no meu rosto ou tentar me ofender porque isto não me atinge! Fui treinada desde criança, e sei o meu valor! Mas atinge milhões de pessoas no Brasil que sofrem essa discriminação todos os dias! E é por elas que resolvi me manifestar. Tomarei as providências cabíveis. Acho melhor tirarem as suas máscaras e se revelarem publicamente, pois se não o fizerem a Polícia Federal o fará. Um a um vocês vão atacando e um a um vocês vão sendo identificados. Racismo e intolerância mataram e continuam matando milhares de pessoas, e quem pratica esse crime deve ir para o seu lugar, a cadeia (MENEZZES, 2015)⁹.

Os registros ainda apontam o caso da atriz Cris Vianna, que foi atacada nas mídias sociais em novembro de 2015. Como nos outros casos, os comentários foram feitos sobre uma foto postada em seu perfil do Facebook. A atriz publicou sua resposta em seu perfil no Instagram:

Na noite do último domingo, minha página do Facebook recebeu uma série de comentários preconceituosos, imediatamente registrados e encaminhados à Justiça. Não posso me calar. Se meu trabalho me permite alguma expressividade, usarei minha voz por muitos que sofrem esse tipo de ataque racista diariamente e voltam para casa calados, cansados de não serem ouvidos, para chorar sozinhos. Como todos vocês, tenho orgulho da minha pele, do meu cabelo, da minha origem e de tudo o que sou. Do que somos. E não estamos sozinhos. Temos do nosso lado a lei – racismo é crime inafiançável.(VIANNA, 2015)¹⁰

O caso seguinte é da cantora Preta Gil. Preta sofreu dezenas de comentários racistas também em uma foto postada no Facebook. Isso aconteceu em julho de 2016. Preta fez o seguinte comentário:

Outras mulheres que sofreram isso são minhas amigas estiveram aqui e fomos fortes suficientes para estarmos aqui, denunciar e correr atrás dos nossos direitos. E vim principalmente para incentivar quem não tem visibilidade da mídia e sofre isso diariamente, não só virtualmente, mas verbalmente.(GIL, 2016)¹¹

Um caso de racismo envolvendo crianças foi registrado em 2016. A menina Titi, de apenas 2 anos, filha dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank, foi alvo de comentários racistas em novembro no Instagram da mãe da criança, quando ela postou uma foto do casal com a filha. Uma pessoa escreveu um ataque se referindo à cor da pele da menina.

O caso foi denunciado e a delegada informou que os criminosos responderão pelos crimes de injúria qualificada e pelo crime de racismo, previsto da lei de racismo, Lei

⁹ MENEZZES, Sheron. Rio de Janeiro, 07 de dez. de 2015. Instagram: sheronmenezes. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/--VUiArmTC/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2016.

¹⁰VIANNA, Cris. Rio de Janeiro, 30 de nov de 2015. Instagram: crisvianna. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/-uGBecvueF/>>. Acesso em 23 de nov de 2016.

¹¹ “Polícia obtém quebra de sigilo para achar autores de ataques a Preta Gil”. Portal G1, 2016, Rio de Janeiro, 29 de jul de 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/policia-obtem-quebra-de-sigilo-para-achar-autores-de-ataques-pret-a-gil.html>>. Acesso em: 23 de nov de 2016.

7.716/89, artigo 22. Essa Lei, embora seja datada de 1989, teve esse artigo atualizado pois na época o acesso à internet era muito restrito; o artigo 22 foi então modificado para incluir com mais precisão os casos que ocorrem na internet.

O mesmo perfil do Instagram, do caso da menina Titi, foi o responsável pelos ataques à foto publicada pela cantora Gaby Amarantos. Os comentários foram feitos em uma foto de capa de uma revista sobre saúde e beleza, compartilhada por ela no Instagram. Sobre o racismo, Gaby declarou que:

Sofro preconceito há muitos anos, me tornei até casca grossa para lidar com isso. Várias outras vezes alguns perfis já foram até o meu perfil no Instagram e fizeram um ataque racista. Agora, que eu vi que isso começou a tomar uma proporção maior, com meus fãs tomando as dores e me defendendo, resolvi fazer algo. Sou artista, tenho toda a estrutura para ter advogados, tudo a meu favor, então me sinto na obrigação de denunciar. Fiz isso pelas pessoas que não têm voz e também sofrem (AMARANTOS, 2016)¹².

2.1.1 As mulheres negras e o racismo digital

A primeira etapa da pesquisa evidenciou que as mulheres negras são alvo de ataques racistas nos ambientes digitais com mais frequência do que os homens. Os ataques estão relacionados às características fenotípicas, principalmente em relação à cor da pele e às características dos cabelos. De acordo com o dados obtidos, há um estreita relação entre a incidência de perfis falsos e os ataques racistas, do modo que a possibilidade do anonimato pode ser considerada como um fator encorajador para a prática de racismo digital.

Sobre a predominância dos ataques racistas a mulheres, Munanga (2006, p. 133) traz a seguinte pista:

Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista.

O que chama atenção ao analisar o material encontrado na internet, à luz dos estudos de Munanga (2006), é que, em alguns casos, os ataques partiram de mulheres negras contra outras mulheres negras. Tal prática pode ocorrer em razão da negação de si, uma vez assumido que o padrão estético dominante é o homem/mulher branco(a), o negro possivelmente entenderá que o modelo ideal aceito não é o seu. Ponderando com Bandeira e

¹²PASIN, Lucas. Gaby Amarantos fala de denúncia por racismo: 'Determinada a fazer justiça'. Portal EGO, 2016, Rio de Janeiro, 19 de nov de 2016. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2016/11/gaby-amarantos-fala-de-denuncia-por-racismo-determinada-fazer-justica.html>> . Acesso em 23 de nov de 2016.

Batista (2002), se o padrão estético do branco predomina, os valores do negro poderão ser os valores daqueles que o negam na sua diferença. Ele é negado e ao mesmo tempo se nega. Para Bandeira e Batista (2002), ser mulher implica se identificar com todas as mulheres. Mas, mesmo entre as mulheres, há heterogeneidades. Todas são mulheres e comportam uma identidade historicamente ferida, mas muitas não reconhecem isso. Segundo Munanga¹³ (2012), o racismo é um crime perfeito no Brasil, uma vez que ele destrói a consciência do povo brasileiro sobre a questão racial e ainda culpabiliza a própria vítima pelo racismo cometido contra ela mesma.

Um fator que devemos considerar como motivador para um ataque racista seria a falsa proteção conferida pelo anonimato. Sobre isso, Maciel Colli (2010, p. 89) afirma:

Quando se cogita o anonimato *on-line*, na verdade, o que se quer dar a entender é que esse anonimato é, em princípio, aparente, pois mesmo o mais anônimo dos sujeitos de um *website* de relacionamento – por exemplo, o sujeito que mais omite informações a seu respeito – utilizará um computador cujo endereço IP – atribuído ao seu computador – será identificado quando conectado à internet, ou quando realizada alguma ação no referido website.

Contudo, uma ilustração de como é possível rastrear os ataques está no evento ocorrido com a cantora Gaby Amarantos. As investidas contra ela ocorreram após a postagem de uma foto sua na capa de uma revista sobre saúde e beleza. Neste caso, a autora dos ataques, que criou um perfil falso na rede social Facebook, tinha apenas 14 anos e era moradora de Guarulhos (SP). Mesmo com esse perfil, o endereço IP do computador dela foi rastreado. A Adolescente confessou ter sido responsável pelos comentários racistas contra Gaby Amarantos e também por um outro ataque, esse a filha do ator Bruno Gagliasso. Ela declarou à polícia que havia feito o perfil falso com a intenção de praticar atos de injúria por preconceito e prejudicar uma prima distante dela.

Sobre a revista da qual Amarantos foi capa, ao pesquisar as edições anteriores, observa-se que Gaby é apenas a quarta mulher negra a posar para a capa do periódico desde 2014. De 35 capas, apenas 4 representam mulheres negras: Gaby Amarantos, Taís Araújo, Sheron Menezes e Fabiana Marcelino (que dividiu a capa com mais duas mulheres brancas). Outro dado é que, as outras três celebridades, capas da mesma revista, já foram alvo de ataques racistas nas redes sociais em outros momentos.

Existem também os casos de racismo contra aquelas que não são famosas, pessoas comuns que decidem publicar suas fotos e são alvo de manifestações racistas, geralmente quando deixam de utilizar química para alisar os cabelos e decidem adotar o estilo “black

¹³ MUNANGA, Kabengele. **O racismo no Brasil é um crime perfeito**. [S.l.: s.n., s/d]. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/revista/77/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acesso em: 03 maio 2018.

power”. Dentre os eventos de ataques racistas as mulheres na internet, os mais recorrentes foram dessa natureza. Não encontramos na pesquisa publicações que registrem o acompanhamento dos culpados por essas investidas, o que também é um elemento interessante para se pensar as muitas camadas que envolvem essa questão.

2.2 Os sites visitados

Se, por um lado, são pequenas as investigações sobre os crimes de racismo na internet, por outro, é no ciberespaço que grupos estão se organizando para afirmar suas identidades e lutar contra o preconceito. Durante as sondagens realizadas nos espaços virtuais foi possível perceber que existem sites mais especializados em questões étnico-raciais como o Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 pela filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e autora de mais de 17 livros e uma vasta produção acadêmica. Geledés é uma instituição dedicada à defesa das mulheres e negros, ou seja, as questões de gênero e raça são suas áreas prioritárias. São publicados artigos sobre a temática racial, informações jurídicas e documentos históricos. Eles também têm o objetivo de monitorar e divulgar os casos de racismo. No site, pode-se encontrar um vasto material em textos e vídeos sobre a temática. Nele também estão informações sobre como e onde denunciar o crime do racismo:

Disque Racismo: Com o objetivo de proteger os direitos da população negra, indígena, cigana, ribeirinha e quilombola o disque racismo também zela pelas matrizes de religiões africanas. As vítimas podem ligar para o número 156 (opção7) de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Nos sábados, domingos e feriados, o horário de expediente é das 8.00 às 18.00 (GELEDÉS, 2014)¹⁴.

Na sondagem sobre os sítios eletrônicos com essa temática também foi localizado o “Observatório da Discriminação Racial no Futebol¹⁵”, site no qual é possível acompanhar os casos de racismo no futebol e em outros esportes. A página apresenta a história da inserção dos negros no futebol, e, entre outros casos relacionados à temática, a entrada das mulheres negras no esporte, ou seja, este site não se restringe ao futebol nem tampouco ao mundo masculino. Nele encontramos também seções relacionadas a documentos históricos, sobre as

¹⁴Ainda com dúvida de como agir em casos de racismo? Saiba aqui o que fazer. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ainda-com-duvida-de-como-agir-em-casos-de-racismo-saiba-aqui-o-que-fazer/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2016.

¹⁵ Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/>>. Acesso em 02 de jun de 2018.

leis brasileiras que criminalizam as diversas formas de manifestação de ódio e como agir e denunciar, mas não há uma referência ao racismo digital. O site em questão foi construído de forma bem-organizada e tem o objetivo de monitorar e divulgar os casos de racismo no futebol, assim como ações informativas e educativas que visem a erradicar a intolerância no esporte em geral. Propõem também promover o diálogo entre clubes, entidades, torcidas e movimentos sociais através de conferências, workshops e seminários, entre outros eventos. Possui referências à legislação, história, além de entrevistas que tratam do tema. O Observatório também possui outros canais de comunicação como Youtube, Facebook, Twitter e Instagram. Se comparado com outros canais, este se encontra bem atualizado, com postagens quase diárias. Além da relevância para o combate ao racismo, o Observatório possui material que poderia também ser apresentado em sala de aula como forma de diversificar a abordagem sobre as relações raciais.

Assim como o Observatório, outros sites dedicados à temática também possuem uma diversidade de canais como Youtube, Instagram, Twitter, etc. Eles também são atualizados com frequência. Algumas páginas apenas noticiam os casos mais famosos e polêmicos de racismo envolvendo pessoas conhecidas da grande mídia.

Independentemente do número de atualizações em cada canal (sites, redes sociais) visitado ou notificações recebidas por e-mail, é impossível não se impressionar com os relatos.

Na pesquisa de campo, foram encontradas páginas que são referências no campo das relações raciais, mas não apareceram nas notificações automáticas. Esse é o caso do LEAM¹⁶. Na página é possível encontrar sugestões de sites que tratam das questões ligadas à temática étnico-racial, incluindo alguns que fazem parte da análise. Em outubro de 2016, o Laboratório promoveu dois seminários que marcaram o encerramento do projeto *Relações raciais nas escolas e formação de professores*, um na modalidade presencial e outro virtual. O seminário virtual aconteceu no site do LEAM e possibilitou um debate com uma troca de conhecimentos entre os participantes sobre quatro produções audiovisuais produzidas pelo laboratório sobre os assuntos tratados no projeto. Nesse período foi lançado o projeto *Educação das relações étnico-raciais na cultura digital* e a SÍNCOPA-TV. Em novembro de 2016, o LEAM também apresentou uma mostra com documentários, reportagens e outros vídeos como forma de ampliar os espaços e as discussões em torno da questão das relações raciais na Semana da Consciência Negra.

¹⁶ Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídia – Coordenado pelo Professor Dr. Valter Filé – Instituto Multidisciplinar/UFRRJ. Disponível em: <http://estudoseaprontosmultimidia.info/>.

A pesquisa, por busca manual e pela ferramenta do Google mostrou que para um tema dessa natureza, são necessárias estratégias múltiplas de levantamento de dados para se construir um campo empírico. Os dados evidenciam que a dimensão do racismo no Brasil é gigantesca. Apesar da quantidade de e-mails recebidos, são poucos os sites que oferecem algo além da notícia, que geralmente é uma nota curta. O que foi possível perceber na pesquisa é que são poucos os sites que se dedicam a informar sobre a legislação, história dos africanos e afro-brasileiros, racismo, etc. Mas isso não diminui a importância daqueles que fazem o que está ao seu alcance, dando visibilidade à temática.

Um desses ambientes é a página do Facebook intitulada “Eu empregada doméstica” que foi criada pela ativista Joice Fernandes, de 31 anos. Hoje ela possui 127 mil seguidores e 4 mil histórias. A página foi criada depois que ela resolveu compartilhar uma de suas histórias como empregada doméstica criando em seguida a hashtag #euempregadadomestica. Nesse espaço virtual, é possível encontrar dezenas de relatos de mulheres negras sobre os abusos sofridos por elas. Este é mais um exemplo de iniciativa que nos fazem pensar sobre o racismo que ocorre no dia a dia, mas que foi possível conhecer graças aos usos que fazemos da internet.

Pesquisar na grande rede não é tarefa simples, processos investigativos que requerem metodologias inventivas como esta, dificilmente encontram suporte em métodos quantitativos, por exemplo. Uma outra questão diz respeito ao trabalho de campo, o que registrar? Como escolher o que é mais importante para a pesquisa com tantas notificações sobre racismo nas redes? Como fazer as escolhas do que se quer dar a ver e o que se quer descartar (FILÉ, 2016)? Como eu poderia compor com tudo o que vejo?

No início desta pesquisa, não pretendia saber de antemão os efeitos e itinerários a serem percorridos. Ao longo do caminho, sem amarras, fui procurando elementos para compor o método. Até a qualificação esta pesquisa se alimentava principalmente das notificações sobre ataques racistas na internet. Faltava até então, pôr em evidência também o aspecto da promoção da igualdade racial e do ativismo do movimento negro, elementos pouco presentes nos sites e nos veículos cujas notificações foram encaminhadas por e-mail. Que caminhos seguir?

Resolvemos acolher a sugestão da banca de qualificação para a realização de um “estado da arte” em racismo digital, buscando também as produções acadêmicas que se aproximam do que estamos denominando de racismo digital. O desafio foi fazer um levantamento do estado do conhecimento sobre racismo nas redes sociais e suas aproximações. A inclusão do estado da arte na pesquisa foi feita no sentido de retratar não

apenas o aspecto da denúncia, da constante defesa, mas dar a ver que há um movimento de reação, dando ênfase também ao lado positivo, à luta pela igualdade racial e às práticas antirracistas, além, é claro, da militância necessária para a mudança social. Sendo assim, considerando a dificuldade de encontrar referências que pudessem auxiliar, percebi que talvez o resultado desta pesquisa em estado da arte sobre racismo digital poderia ser um interessante diálogo com os dados presentes na primeira etapa da pesquisa e que poderia também servir de ponto de partida para os próximos pesquisadores interessados nessa temática. Portanto, nas próximas páginas, apresento a segunda etapa da produção de dados, a jornada na abordagem metodológica denominada estado da arte ou estado do conhecimento.

3 O ESTADO DA ARTE EM RACISMO DIGITAL

O campo da educação possui tradição em produção de Estados da Arte. Soares (2000, p. 09), ao realizar um estado do conhecimento sobre alfabetização, destaca que

[...] estado da arte ou do conhecimento sobre determinado tema é fundamental no movimento ininterrupto da ciência ao longo do tempo. Assim, da mesma forma que a ciência se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto ora outro, ora uma metodologia ora outra, ora um referencial teórico ora outro, também a análise, em pesquisas de estado do conhecimento produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, metodologias de pesquisa pouco exploradas.

A escolha pela produção de um estado da arte sobre racismo digital se sustenta na evidência de que o campo é novo e ainda está cunhando suas bases de referência e definindo as orientações teórico-metodológicas, os recortes predominantes, o contexto em que ocorrem as investigações, temas e áreas que dialogam com as questões centrais, além dos locais de divulgação dos resultados encontrados. Assim, esse estudo pode servir de referência para novas pesquisas ao sistematizar o que já foi produzido e evidenciar algumas lacunas.

O Estado do Conhecimento permite realizar uma ordenação do progresso das pesquisas, seus focos em determinados períodos, além de proporcionar maior visibilidade às produções existentes, é uma pesquisa de caráter bibliográfico (FERREIRA, 2002), um mapeamento dos campos para, segundo Muller (2015, p. 166), apresentar uma visão geral de tudo o que foi ou vem sendo produzido.

A definição do que será estudado/utilizado no estado da arte é escolhido pelo pesquisador e pode conter os dados bibliográficos e/ou resumos, por exemplo. No caso desta pesquisa, em específico, optou-se pelos resumos como forma de apresentar aos futuros pesquisadores interessados nesta temática um acesso mais direto ao conteúdo de cada uma das produções encontradas, quais são os autores mais convidados a participarem destas discussões, quais os caminhos seguidos em cada empreitada, como realizam suas pesquisas em ambientes virtuais. O material encontrado foi dividido em duas categorias centrais: as manifestações de ódio ou os ativismos. Ao fazer essas opções, a presente pesquisa visa a contribuir, principalmente, oferecendo o que há de tendências nas pesquisas ou, ainda, o que precisa de mais atenção. Vale destacar que alguns resumos apresentaram algumas omissões,

nesse caso foi necessário fazer uma leitura mais detalhada em alguns dos textos, à procura de elementos que não foram destacados nas palavras-chave, objetos de pesquisa, entre outros.

Para a realização do estado da arte, os dados podem ser obtidos em banco de dados ou catálogos e a elaboração do catálogo pode ser o próprio objetivo de estudo. Os resumos deste estudo foram obtidos no banco de dados da CAPES. Tal escolha será explicada ao leitor nas próximas linhas. É importante lembrar que os estudos que tratam do estado do conhecimento não pretendem ser definitivos, ou seja, não pretende esgotar todas as possibilidades. Além disso, mesmo que outras fontes de teses e dissertações fossem inseridas no espectro desta pesquisa, não seria possível dar conta da totalidade de produções, pois nem todas estão catalogadas em sites na internet. Mesmo que a totalidade de trabalhos científicos não esteja indexada/vinculada à base de dados da CAPES, este é um dos maiores bancos de dados e busca refinada de documentos científicos do mundo, segundo informações apresentadas no portal do Ministério da Educação em 2017¹⁷.

Agora, descrevo nos próximos parágrafos como foi seguir por esta nova rota. Como usuário familiarizado com pesquisas em sites de buscas, como Google e Yahoo, por exemplo, entendi inicialmente que não enfrentaria maiores dificuldades para realizar pesquisas na plataforma CAPES. Depois de inserir algumas palavras, que chamo aqui de palavras-chave, como racismo digital, Facebook, Orkut, por exemplo, visualizei na tela do computador milhares de resultados como respostas. Foram 32.538 (trinta e dois mil e quinhentos e trinta e oito) resultados, em que foi possível perceber que a pesquisa mais antiga era de 2012. Após verificar alguns dos títulos apresentados, avaliei que seria necessário refazer a consulta, mas desta vez refinando-os. Nessa etapa, a pesquisa foi realizada restringindo os resultados apenas à área de Educação.

O ano inicial foi definido com base no registro mais antigo de publicação, 2012, cabe destacar que as redes sociais digitais surgiram no Brasil, de forma bem incipiente, a partir do surgimento da Orkut, rede social pertencente à empresa Google, criada em 24 de janeiro de 2004. O ano final foi definido como sendo 2020.

Como citado anteriormente, a primeira palavra-chave utilizada foi “racismo digital”, um termo que utilizávamos no Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídia para designar as manifestações racistas no meio digital. A palavra “digital” e “racismo” não apareciam juntas nos mesmos títulos. Os resultados iniciais apresentados fizeram referências à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mas nada se aproximou do conceito de

¹⁷ Portal Mec – Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/8245-sp-1678748188>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

racismo digital que está sendo utilizado neste trabalho. Racismo digital se configura como todo e qualquer tipo de injúria racial contra um indivíduo ou grupo em ambientes virtuais.

Em seguida, utilizei as palavras-chave combinadas entre si, combinações próximas do objeto de estudo em questão: racismo na internet, racismo nas redes sociais, racismo no Facebook, discriminação e preconceito, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Lista de palavras-chave utilizadas na busca

Racismo na(o)	Discriminação no(a)	Preconceito no(a)
Internet	Internet	Internet
Facebook	Facebook	Facebook
Orkut	Orkut	Orkut
Twitter	Twitter	Twitter
Instagram	Instagram	Instagram

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa.

Ao lançar estas palavras no buscador da CAPES, surgiram resultados “repetidos” e foi necessário realizar um filtro, localizando e excluindo tais repetições. Mesmo após estas tentativas, as dificuldades ainda persistiram e percebi que seria impossível concluir esta pesquisa pois cada combinação de palavras retornava cerca de dez mil títulos e, ao analisar estes títulos, foi possível perceber que não havia nenhuma aproximação com o tema.

Foi então que decidi mudar de tática, simplificando-a. Por exemplo, usei a palavra “Orkut” e li cada um dos resultados apresentados na tela, selecionando aqueles títulos que continham também: étnico-racial, racismo, igualdade racial e correlatos. O mesmo foi feito para Facebook, Twitter e Instagram.

3.1 Teses e dissertações sobre racismo digital

O levantamento encontrou vinte e três produções que se inscrevem dentro dos critérios adotados pela pesquisa. São vinte dissertações e três teses. Elas estão listadas no quadro a seguir:

Quadro 2. Total de produções encontradas na base de dados

	Título	Universidade	Ano Publicação
1	Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância - Um estudo de caso da comunidade Negros do Orkut	USP	2012
2	Preconceito em Rede: Educação para as Relações Étnico Raciais a partir do Discurso dos Usuários da Internet	UFRGS	2016
3	(Re)assumindo a raiz: a discursivização sobre a mulher negra a partir da noção de cabelos crespos nas comunidades do Facebook.	U. Estadual de Feira de Santana	2017
4	“ACEITAÇÃO AFRO”: as mídias sociais digitais na revalorização e afirmação da identidade negra	UFJF	2017
5	#SIMAIGUALDADERACIAL: Análise Discursiva de Depoimentos Sobre Raça no Facebook	CEFET Celso Suckow da Fonseca. Rj	2017
6	Discursos Significados como (In)tolerantes no Facebook: Quando o que cala fala	Univ. do Vale do Sapucaí- Pouso Alegre, Unidade Fátimaa	2015
7	Bamidelê: Por uma Sociologia da Informação Étnico-Racial na Organização das Mulheres Negras da Paraíba	Univ. Federal da Paraíba/João Pessoa	2014
8	Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador	UFBahia	2017
9	Os Letramentos de Empoderamento Feminino Negro: A Educação de Jovens e Adultos e os Processos de Aprendizados na Rede Social Facebook	UFMF	2017
10	Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de Santa Catarina e o Contexto Informacional: Análise Sobre o Facebook como uma Fonte de Informação Étnico-Racial	UFSC	2018
11	O Museu Afrodigital do Maranhão como Dispositivo Democratizante e Educativo	Univ. Federal do Maranhão	2018
12	AFRO-NTANDO: Compreendendo as construções/desconstruções e disputas de identidades de mulheres negras a partir de seus cabelos	UFF	2018

13	Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado “não tenho preconceito, mas...”	UFParaná	2018
14	Minha negritude minha melhor escolha: A (Re)construção Discursiva das Negritudes das Mulheres no Processo de Transição Capilar no Facebook	CEFETCelso Suckow da Fonseca. Rj	2018 C
15	Corpo e Estética Corporal: O Papel das Páginas do Facebook no Empoderamento de Mulheres Negras	Univ. Federal do Paraná	2018
16	Resistência: Ativismo e Articulação de Mulheres Negras Através de Redes Sociais.	Univ. Fed. da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu	2018
17	CABELO NATURAL. História do Meu Cabelo: “Uma Investigação Sobre a Manipulação da Identidade Racial em Narrativas na Internet sobre Cabelo Natural”	PUC-MG	2018
18	A MÁSCARA OBSCURA DO ÓDIO RACIAL: Segregação, Anonimato e Violência nas Redes Sociais	UFE-RJ	2018
19	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: Preconceito Racial nas Redes Sociais e Educação	UMC-SP	2017
20	Configurações do Racismo nas Redes Sociais	UFPB-PB	2017
21	ENTRE EXPERIÊNCIAS E DIFERENÇAS NAS MÍDIAS DIGITAIS: Modos de Uso e Desejos - hastag na #seráqueéracismo	UFSCar-SP	2016
22	Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: Estudo de caso da Agência Afropres	Unisinos	2014
23	O Discurso do Ódio na Sociedade da Informação: intolerância nas redes sociais	Centro Univ. das Faculdades Metropolitanas Unidas, SP	2015

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa.

Como primeiro exercício de análise, o material obtido foi organizado pelo ambiente virtual em que centram suas investigações, foram eles: Orkut, Facebook e Twitter.

3.1.1 Pesquisas relacionadas à rede social Orkut

Negritude em rede: um estudo de caso da comunidade negros do Orkut

A dissertação de Melissa Maria de Freitas Andrade (2012) teve como objetivo contribuir para identificar o papel das redes sociais em relação à construção de conhecimentos e ao desenvolvimento de iniciativas destinadas ao combate ao racismo no Brasil. Os sujeitos investigados foram três integrantes da comunidade Negros no Orkut, que possuíam perfis bastante distintos, mas com grande expressão na referida rede social. Como metodologia, utilizou-se a Análise do Discurso. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, pesquisa de registros textuais na rede social e pesquisa bibliográfica a respeito da temática no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Este trabalho apresenta uma dimensão mais ativista, contribuindo para a **promoção da igualdade racial**. Diante das análises, Andrade (2012) declara que as novas tecnologias, mais conhecidas hoje como Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), ampliaram significativamente os veículos de comunicação e de informação existentes e permitiram que as redes sociais ganhassem grande expressão, de forma que não é possível ignorar o potencial formativo desses meios. Ainda sobre a rede social Orkut, a autora (ANDRADE, 2012) afirma que Negros no Orkut foi uma das primeiras comunidades criadas nesta rede social com viés étnico-racial no Brasil, e esta foi a razão que levou a autora a escolher esta comunidade em específico. Quanto à metodologia, Andrade (2012) cita que seu estudo privilegiou a análise dos discursos produzidos a respeito da identidade negra em dois tópicos do fórum da comunidade voltados especificamente para a autodeclaração racial.

Para compreender o processo de constituição da identidade negra, a autora recorreu aos aportes teóricos de Munanga (2009) e Ferreira (2000), entre outros. Seu referencial para o entendimento do ciberespaço e da comunidade estudada como espaço de saber teve como referência o trabalho de Levy (1999).

Para coleta e análise dos dados a autora realizou três integrantes da comunidade Negros no Orkut, que possuem perfis bastante distintos, mas com grande expressão na referida rede social.

Para finalizar, Andrade (2012) considera que os discursos de identidade negra são construídos de modos diferenciados, mesmo que a comunidade invoque certa homogeneidade. A autora destaca também que foi possível captar nas falas a consciência da opressão histórico-política e o orgulho do pertencimento, passando pelo sofrimento causado pelo preconceito.

Foi possível constatar que a socialização da comunidade potencializa a construção coletiva de conhecimentos relativos à identidade do grupo.

3.1.2 Pesquisas relacionadas à rede social Facebook

Preconceito em rede: educação para as relações étnico-raciais a partir do discurso dos usuários da internet

A tese de Heridan de Jesus Gutierrez Pavão (2016), discute como o preconceito se materializa e se propaga nas redes, tendo como referencial as postagens na rede social Facebook.

O objetivo, segundo o autor, foi investigar de que forma o preconceito materializado por meio da linguagem, nas redes sociais, pode ser tratado nos contextos formais de educação. Para isso, Pavão (2016) utilizou-se da metodologia “civitas”, tendo como foco os estudantes da educação básica do ensino fundamental, registrando os sentidos atribuídos por escolares e universitários de um curso de licenciatura sobre as postagens do Facebook.

O autor se utilizou dos pressupostos de Bakhtin (2001) para pensar sobre os conceitos de dialogismo e polifonia, tomando como referencial as postagens no Facebook. Para pensar o preconceito, Pavão (2016) teve como suporte os estudos de Crochik (2006), Bourdieu (2010, 2002) e Munanga (2003; 2005).

(Re)assumindo a raiz: discursivização sobre a mulher negra a partir da noção de cabelos crespos nas comunidades do Facebook

A dissertação escrita por Cláudia Máisa Pinheiro da Boa Morte (2017) busca entender quais os sentidos gerados sobre a mulher negra a partir da noção de cabelos crespos nas comunidades do Facebook, voltadas para a temática cabelo. Para responder a esta pergunta, Boa Morte (2017) utilizou como aporte teórico a Análise de Discurso Pecheutiana. Seus referenciais teóricos foram Bakhtin (2003), Bourdieu (1991; 2002; 2010), Munanga (2005; 2012), Sansone; Furtado (2014) e Guimarães (1999; 2003). Foram analisadas as postagens produzidas por estudantes do ensino fundamental e universitários. Nesta pesquisa qualitativa, as mulheres negras foram tratadas como sujeitos do discurso. A coleta de dados e informações foi realizada por meio de visitas a diferentes perfis de usuários da rede social Facebook, cujas postagens são objeto de análise da investigação a respeito do preconceito racial em uma perspectiva de intervenção educativa.

Sobre a coleta dos textos no Facebook, a autora selecionou quatro comunidades que foram utilizadas para analisar as postagens e duas postagens de cada uma delas, somando então oito postagens. Foram duas comunidades que abordam especificamente a temática cabelos crespos e outras duas relacionadas aos cabelos de modo geral, sendo escolhidas aquelas que faziam menção aos cabelos crespos.

Como resultado, a autora declara que a escola deve considerar em seu currículo, de forma interdisciplinar e contextualizada com as novas tecnologias, a educação para as relações étnico-raciais, no contexto de diferentes áreas de conhecimento, entre elas a língua portuguesa e os estudos dos gêneros digitais, enquanto propostas para se refletir acerca das desigualdades advindas da cor/raça dos alunos.

Aceitação afro: mídias sociais digitais na revalorização e afirmação da identidade negra

A dissertação de Eugene Oliveira Francklin (2017), cuja investigação girou em torno de conteúdos da fanpage do Facebook Aceitação Afro, analisa o uso das mídias sociais digitais na **promoção de afirmação da identidade negra**. Para isso, o autor estudou como a página Aceitação Afro constrói suas narrativas de afirmação da identidade negra com o intuito de valorizá-la.

Segundo o autor, esta valorização tem como objetivo:

[...] fazer frente à sub-representação social dos negros que tanto é reforçada e validada pela mídia hegemônica que, por meio de suas narrativas de representação do negro, que são muitas vezes, depreciativas e estereotipadas, legitimam a inferiorização social desse grupo social (FRANKLIN, 2017, p. 12).

Francklin (2017) também analisou o papel do Facebook na construção e difusão das narrativas promovidas pela página Aceitação Afro. Seus referenciais teóricos foram Kabengele Munanga (2012); Foucault (1979) e Gomes (2008).

O autor constatou como resultado que, mesmo com o grande poder desfrutado pela mídia hegemônica de fixar identidades estigmatizadas, a representação da população negra, assim como qualquer representação social por serem inerentes às relações sociais, passa por uma disputa da qual participam os atores sociais que se sentem sub-representados. A consequência dessa conjuntura é que comunicadores negros vêm fazendo frente às narrativas de representação dos negros que predominam na sociedade. Diversos atores sociais agem na promoção de contranarrativas, nas quais valorizam a identidade negra na tentativa de recuperar a autoestima de mulheres e homens negros. Esses atores sociais encontram nas

mídias sociais digitais, devido ao seu caráter de ampliação de produção e difusão de diversos conteúdos, um espaço para a promoção de suas narrativas. Esses atores sociais também se utilizam do poder de que são dotados para promoverem contranarrativas de valorização e afirmação da identidade negra, utilizando-as como estratégia de resistência e como instrumento no processo de empoderamento dos negros, para que estes possam ter participação ativa na transformação de sua condição.

#SimaIgualdadeRacial: análise discursiva de depoimentos sobre raça no Facebook

A dissertação de Luana de Souza Martins (2017) tem como objetivo, segundo a autora, analisar a construção discursiva da noção de raça e dar visibilidade a diferentes modos de construção de identidades étnico-raciais na campanha #SimaIgualdadeRacial.

Como metodologia, Martins (2017) fez a análise discursiva de 20 dos depoimentos mais curtidos, compreendidos entre março de 2015 e setembro de 2016, coletados na página [facebook.com/simaigualdaderacial](https://www.facebook.com/simaigualdaderacial).

Para este estudo, preliminarmente a autora apresentou uma abordagem sobre conceitos para o entendimento das relações étnico-raciais no Brasil, tais como raça, etnia, racismo, com base no Estatuto da Igualdade Racial. Alguns dos autores utilizados nesta pesquisa foram: Munanga (2010), Guimarães (2013), Schwarcz (1993), Hall (2005; 2013), Fanon (2008) e Mbembe (2014). Em seguida, dialogando com Borges (2012), Perez (2010), Silva (2010), Araújo (2000), Leite (2010) e Kellner (2001). A investigação foi feita a partir de depoimentos de 20 participantes postados na página do Facebook – campanha “Sim à Igualdade Racial” – (10 mulheres e 10 homens).

Além disso, o autor fez reflexões sobre as imagens do negro na mídia brasileira, acompanhada por uma análise sobre o papel das redes sociais.

Em suas considerações, o autor afirma que, entre as repetições e mudanças observadas nos discursos sobre raça, em relação aos negros que ora se assumem como tal, ora afirmam a miscigenação como caráter identitário fundamental, permanece a necessidade de discutir raça, sobretudo incluindo pessoas brancas para que entendam seu lugar de privilégio histórico, em relação aos negros, como pressuposto fundamental para o avanço das ações afirmativas e, conseqüentemente, para o estabelecimento da igualdade racial nas práticas e nos discursos.

Discursos significados como (in)tolerantes no Facebook: quando o que cala fala

A dissertação de Anne Caroline Bastos Bueno (2015) faz uma análise de discurso utilizando postagens no Facebook para entender como os discursos significados como intolerantes fazem referência à homofobia e ao racismo que circulam na sociedade.

O primeiro material a ser analisado foi um grupo aberto do Facebook, intitulado “O Brasil contra a ditadura gay”. Para a escolha desta primeira análise, a autora partiu do princípio definido inicialmente, ou seja, a escolha de uma página que abordasse com aparente intolerância a homossexualidade. O mesmo ocorreu com relação ao racismo, escolhendo as páginas “Orgulho de Ser Branco” e “Orgulho de ser Negro”, ambas do Facebook.

A autora se apoiou nos postulados da Análise de Discurso, a partir das reflexões de Pêcheux (1969). Após a leitura desta pesquisa, foi possível perceber que esta se apresenta como uma contribuição quando se deseja pesquisar sobre os conceitos de tolerância/intolerância e preconceito praticado contra negros e homossexuais, mais especificamente na rede social Facebook.

Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba

A pesquisa realizada por Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2014) analisa como ocorrem os processos de apropriação, disseminação, democratização e preservação da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidelê). Os sujeitos investigados foram quatro mulheres que compõem a coordenação/direção da Bamidelê, e um grupo de mulheres de cinco que são usuárias (participam ou participaram de alguma atividade desenvolvida pela entidade) e também, seguem o perfil da ONG no Facebook. Os referenciais teóricos foram Lévy (1993), Silva (2010), Pinheiro (2005), Rodrigues (2005), Fernandes (2009), Guimarães (2006), Silvério (2002), Alarcão (2001), Cunha Júnior (2007) e Aquino (2010).

Para realizar tal estudo, a autora realizou entrevistas semiestruturadas, analisando-as por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Segundo Silva (2014), os resultados mostraram que o trabalho realizado pela Bamidelê busca atingir vários setores e públicos distintos da sociedade, que vão desde as fontes de informação mais tradicionais até as mais contemporâneas. Nesse último caso, foi possível perceber que a Bamidelê faz um uso considerável do Facebook para disseminar informações, apresentando-se também como fonte de informação para mulheres e homens, negros(as) e não

negros(as) conhecerem sua história de luta, um espaço para que o povo negro, especialmente as mulheres negras, conheçam suas raízes, auxiliando na valoração da autoestima negra.

Em suas considerações finais, a autora destaca que o trabalho iniciado pela Bamidelê mudou significativamente o cenário paraibano, principalmente na luta contra o racismo e o sexismo.

Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no Facebook e em Salvador

A pesquisa de Dailza Araujo Lopes, foi publicada em 2017, na área do conhecimento dos Estudos Étnicos e Africanos. Possui como sujeitos investigados o Coletivo de Cacheadas e Crespas de Salvador e o Coletivo da Marcha do Empoderamento Crespo. Tendo a afirmação do uso e do discurso do cabelo natural como principal ferramenta de mediação.

Para este estudo, utilizou-se métodos qualitativos através do uso da análise do discurso dos grupos e fanpage de cada coletivo no Facebook e da observação participante realizada em seis encontros presenciais promovidos pelos respectivos coletivos durante o período de julho de 2015 a novembro de 2016.

Os objetivos, segundo a autora, consistiram em analisar de que forma o ciberativismo tem sido utilizado como uma ferramenta para militância e articulação política de mulheres negras no espaço do Facebook e na cidade de Salvador-BA. Os referenciais teóricos são: Foucault (1996), Castells (2005), Carreganato e Mutti (2006), Charaudeau (2005), Macedo (2004) e Hall (2003).

Como resultado, nas palavras da autora, a partir dos desdobramentos da análise do discurso feita nos grupos e fanpages, percebeu-se que há uma rede de organização de mulheres negras pautando o uso do cabelo natural, como forma de reivindicar acesso a ambientes como mercado de trabalho, mercado econômico e outros espaços de poder. Através do compartilhamento de informações, experiências e do debate antirracista, antimachista e antissexista, estas propõem o empoderamento de outras mulheres, utilizando o Facebook como mecanismo principal de comunicação, fortalecendo os discursos já iniciados no espaço virtual, nos encontros que promovem fora do meio virtual e nos eventos que participam. As mulheres negras, articuladas em grupos no Facebook, utilizam tal espaço para denunciar o racismo, o machismo, e o sexismo, através da proposta do empoderamento feminino. E por meio do ciberativismo, divulgam seus escritos, contam suas histórias, fazem denúncias,

compartilham experiências de racismo e dos cuidados com o cabelo crespo. Os encontros fora do meio virtual fortalecem os discursos já iniciados no espaço do Facebook.

Os letramentos de empoderamento feminino negro: a educação de jovens e adultos e os processos de aprendizados na rede social Facebook

A dissertação de Kelly Cristina da Silva (2017) tem como sujeitos investigados as mulheres negras inscritas na educação de jovens e adultos (EJA) ou que já passaram por ela. Como metodologia, utilizou-se a netnografia – uma forma específica de etnografia adaptada às particularidades do mundo virtual, que a auxiliou na compilação, seleção e análise de dados advindos de postagens de imagens, textos, curtidas e comentários publicados nos fóruns dos grupos e comunidades que retratam os temas de empoderamento e corporeidade negra.

Os objetivos consistiram em averiguar como a participação nos grupos e/ou comunidades que discutem a temática dos cabelos crespos, como símbolo identitário nesta na rede social, interfere no significado atribuído às identidades das mulheres negras inscritas na EJA ou que já passaram por ela. Enquanto particularidades relativas ao tema, propôs-se a: identificar as situações de construção do conhecimento por educandas negras relativas à temática do cabelo afro-brasileiro; detectar a presença e a concepção de empoderamento feminino negro nos grupos e comunidades do Facebook; compreender os tipos de letramentos advindos da participação destas mulheres nos grupos/comunidades em relação à concepção do empoderamento; além de criar uma proposta de Plano de Curso e Sequência Didática para um curso de formação que aborde os letramentos e as tecnologias digitais destinadas à educação de jovens e adultos (EJA), abordando as relações étnico-raciais. Os seus referenciais teóricos baseiam-se em autores como Gomes (2003; 2008; 2011), que trabalha as questões sobre a estética do corpo negro e sua relação social em ambiente escolar e não escolar; hooks (2005; 2015), que trata sobre a relação da mulher negra com o cabelo crespo; Hall (2000; 2011), que debate as concepções de sujeito, e Souza (2011), que observa os letramentos de reexistência e resistência (de quê? De quem? Da mulher negra?).

Como resultados, a autora afirma que, ao analisar o processo de aprendizagem construído nos grupos e comunidades, viu-se que a experiência e o conhecimento coletivo assumiram papéis importantes. A partir deles, certificou-se que a aprendizagem extrapola os muros da escola, afirmando que os espaços informais também são capazes de produzir aprendizado, revelando que esse processo de aprendizagem e conhecimento é infinito e contínuo na vida das participantes.

Pelo ponto de vista da valorização do protagonismo da mulher negra e periférica, foi possível observar nos relatos que a desvalorização da experiência dos sujeitos da EJA interfere no processo de aprendizado e permanência destes nos espaços escolares. A marginalização da condição sociocultural dos educandos se apresenta como um dos obstáculos que retira desses indivíduos o direito à educação.

Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o Facebook como uma fonte de informação étnico-racial

A dissertação de Andreia Souza da Silva (2018) possui como sujeitos investigados os grupos e núcleos de estudos afro-brasileiros catarinenses ALTERITAS, NEAB-FURB, NEAB-UDESC, NEABI-UFFS, NEAB-UNIVILLE, NUVIC, NEAB-UNESC, NEAB-UNIPLAC, NEABI-IFSC GASPAR e NEAB Estácio de Sá.

Como metodologia, essa pesquisa baseou-se no trabalho de Silva e Corrêa (2017) que tem como objetivo apresentar, categorizar e discutir as postagens presentes no Facebook

Seu objetivo, o de verificar de qual forma os núcleos de estudos afro-brasileiros catarinenses utilizam o Facebook como possível fonte de informação para disseminação do conhecimento e uso/apropriação das informações sobre os estudos. Para isso, utilizou-se referenciais teóricos como: Castells (2013), Grosfoguel (2016), Oliveira e Lins (2014), Bhambra (2014), Gomes (2010) e Corrêa e Silva (2017).

A pesquisadora obteve como resultado a percepção de que cada grupo e núcleo apresenta critérios próprios de publicação e que o Facebook é uma rede social utilizada por essas entidades para disseminar as informações relacionadas aos seus objetivos e atuações e, por isso, é considerada uma fonte de informação étnico-racial para seus pesquisadores e comunidade em geral.

O Museu Afrodigital do Maranhão como dispositivo democratizante e educativo

A dissertação de Juliana dos Santos Nogueira (2018) investigou o Museu Afrodigital do Maranhão (MADMA) e três escolas do ensino médio da rede pública de ensino de São Luís. Utilizando-se da etnografia, teve como objetivos analisar como as constantes transformações tecnológicas estão colaborando para o ensino, aprendizagem e democratização da cultura afro-maranhense. Seu suporte teórico baseou-se em Castells (1999), Chagas e Nascimento (2008), Santos (2003), Peraya (2002) e Angel (2000).

Segundo a autora, os resultados da pesquisa apontaram para o forte potencial da educação museal voltada, sobretudo, para o preenchimento de lacunas deixadas pelo ensino formal. Apontaram, ainda, a importância das Redes Sociais no processo educativo em ambientes virtuais, com destaque para o Facebook, dentre outras coisas, os resultados também deram ênfase para as constantes necessidades de adequação dos museus a uma perspectiva decolonial que descolocam as populações afrodescendentes de objetos para sujeitos da discussão, com um papel central no processo. A proposta corrobora com movimentos e políticas afirmativas em relação aos afrodescendentes, no sentido de ser um espaço no qual outras histórias – diferentes das que são oficialmente contadas – podem emergir de acervos pessoais e institucionais, por meio de pesquisas que tenham como objetivo dar voz – e, neste caso, visibilidade – à produção cultural das classes chamadas subalternas. Conforme supracitado, religiões afro, quilombos, movimentos negros, capoeira, missões de pesquisa são alguns exemplos de temáticas abordadas pelas galerias e coleções do MADMA.

Afro-ntando: compreendendo as construções/desconstruções e disputas de identidades de mulheres negras a partir de seus cabelos

A dissertação de Alice Santos da Silva (2018) investigou os conteúdos comunicativos dos produtos da Salon Line, empresa brasileira de cosméticos, que aciona várias das muitas terminologias dos grupos de cabelos negros do Facebook, assim como as ponderações discursivas de seus membros a respeito dessas novas configurações de identidades. Como metodologia, utilizou-se a etnografia digital e desterritorialização.

Seus objetivos consistiram em lançar olhar sobre as perspectivas discursivas e midiáticas que envolvem o empoderamento feminino negro através da estética de cabelos e o consumo de cosméticos que se valem e se apropriam dos discursos de resistências. Apoiou-se nos referenciais teóricos de Baudrillard(2000), Stuart Hall(2003), Canclini(1997), Mikhail Bakhtin(2006), Pierre Lévy(1999) e Donna Haraway(1995).

A autora destaca como resultados que tanto os compartilhamentos de conteúdos quanto as interações, nos últimos anos, acompanham um movimento no mundo virtual que envolve blogueiras e mulheres negras na sua textura natural, principalmente no que se refere aos cabelos crespos e cacheados. Para Alice Santos, um discurso de aceitação e valorização vem sendo construído e no contexto da globalização as reivindicações se fortalecem através de movimentos sociais em redes que alteram a forma como estes são entendidos, propiciando o surgimento de formas de organização política como o ativismo de cabelo, que busca

empoderar os sujeitos ao mesmo tempo que antigas referências identitárias vão se esfacelando, promovendo a reconstrução desta sobre novas percepções.

Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado “não tenho preconceito, mas...”

Com sua dissertação publicada em 2018, Marco Antonio Rocha teve como sujeitos investigados os usuários da rede social digital Facebook.

Utilizando-se da análise do discurso, objetivou analisar comentários de Facebook que apresentavam enunciados como “não tenho preconceito, mas...” a fim de compreender o quão preconceituosos eles são e por que o sujeito enuncia dessa forma. Seus referenciais teóricos foram Charadeau (2016), Cazarin (1995), Amossy (2011) e Vogt e Ducrot (1980).

Como resultado percebeu que, embora o sujeito que enuncia “não tenho preconceito, mas...” vise um *ethos* tolerante para defender sua imagem de um possível ataque de seu interlocutor, ele acaba produzindo um *ethos* intransigente, assim como qualquer outro discurso que não utilize dessa estrutura fixa. Por outro lado, o sujeito precisa marcar em seu discurso que sua tolerância é em relação aos indivíduos, o que o sujeito não tolera é a manifestação social deles.

Minha negritude minha melhor escolha: a (re)construção discursiva das negritudes das mulheres no processo de transição capilar no Facebook

A autora Bianca Assis Oliveira de Paula (2018) investigou, em sua dissertação, mulheres negras em grupos do Facebook. Para isso, utilizou-se da etnografia no ambiente *on-line*.

Segundo a autora (DE PAULA, 2018), a pesquisa em questão procurou compreender a construção das identidades de raça de mulheres negras a partir de seus relatos do processo de transição capilar a que se submeteram, em três grupos na rede social Facebook no período de 2013 a 2017, refletindo sobre a relevância da declaração da negritude na luta contra as estruturas racistas que silenciam as tensões raciais baseadas no mito da democracia racial no Brasil. Procurou investigar também como as identidades/identificações raciais negras das mulheres são construídas, dialogicamente, através da linguagem e da disputa dos signos sociais como os cabelos crespos e/ou cacheados naturais, analisando os possíveis efeitos dos protagonismos de mulheres negras nos seus enunciados publicados nestes grupos

Os referenciais teóricos da autora foram Mbembe (2014), Gomes (2012), Bakhtin (1929; 2014; 2016), Moita Lopes (2010), Lee e Burton (2015) e Gonzales (1984).

Como resultado, nas palavras de De Paula (2018), as análises mostram que, potencializada pelas plataformas de interação, a mobilização destas mulheres em torno dos seus cabelos naturais – discursivamente percebidos como um dos símbolos de sua negritude –, disputam significados raciais e sobre o feminino provocam as estruturas de invisibilização da diversidade estética e agregam outras mulheres para entrarem neste processo.

Corpo e estética corporal: o papel das páginas do Facebook no empoderamento de mulheres negras

A dissertação de Camila Pereira Maia, de 2018, investigou páginas do Facebook utilizando-se da etnografia na internet

Segundo a autora, seu objetivo foi compreender qual o papel das redes sociais no chamado empoderamento, sobretudo no que diz respeito a mulheres negras, por via da estética corporal e da imagem. Buscou compreender os motivos pelos quais o corpo, a imagem corporal e a exaltação do cabelo “natural”, tem se constituído como ferramentas importantes no enfrentamento ao racismo brasileiro, que possui como um dos seus pilares a ideia de branqueamento.

Os referenciais teóricos da utilizados na pesquisa foram Baquero (2012), Bourdieu (1989), Miller (2004), Polianov (2013), Recuero (2009) e Wolf (2003). Como resultados, a autora considera que apesar do mito da democracia racial, ainda acredita no potencial transformador das redes sociais, de uma forma positiva, como espaço empoderador, capaz de promover mudanças reais em instâncias as quais instituições políticas ainda não alcançam, e as instituições sociais ainda o fazem de forma incompleta, como é o caso das escolas, que mesmo com a Lei 10.639 muitas vezes tratam o estudo das relações raciais como um apêndice, algo que deve ser tratado apenas no mês da consciência negra como um conhecimento acessório. Dada a popularidade do Facebook e o nível de discussão que tem se dado nesse espaço, acredita que tem um forte potencial de acelerar e popularizar as discussões, levando a reflexões e, talvez, até mesmo a mudanças sociais significativas.

Resistência: ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais

A dissertação de Suzielen Taiane das Graças, publicada em 2018, cujos sujeitos investigados são as mulheres negras articuladas em redes virtuais teve como objetivo, segundo a autora, mostrar o aumento da força e da organização das formas de resistência no processo de “ressignificação” do termo negra. Especificamente, evidenciar como o ativismo e a ocupação das redes sociais possibilita espaços alternativos para discursos e falas sobre sexismo, racismo, opressão de classe, lesbofobia, gordofobia, transfobia, encarceramento em massa e diferentes opressões e preconceitos sofridos pelos grupos de pessoas marginalizadas. Mostrar que por meio desses espaços e da sua produção de conhecimento é possível informar – e também formar – cidadãos e cidadãs com consciência política e social. Seus referenciais teóricos são Bueno (2017), Gonzalez (2010), Hall (2003), Mara Viveros Vigoya (2008), Yuderkys E. Miñoso (2009), Ochy Curiel (2011; 2014), Lélia Gonzales (1984; 2011) e Djamila Ribeiro (2016).

Como resultados, a autora concluiu que as mídias sociais não são a solução para todos os problemas e desigualdades sociais, entretanto no uso de mulheres negras auxiliam em processos de tomadas de consciência, reflexões e geram certas tensões no sistema colonial-capitalista-racista-patriarcal-heterossexual. Esse processo em que reivindicamos o protagonismo de nossa história e falamos em primeira pessoa bate de frente e “desestabiliza a norma hegemônica e o saber pautado na lógica eurocêntrica” (RIBEIRO, 2017, p. 10). As mulheres negras na América Latina e Caribe buscam, com cada vez mais anseios, superar a lógica colonial, há um resgate dos saberes ancestrais e a construção de outras epistemologias que nos dão oportunidades para “extrapolar os postulados de resistências [...] fornecendo ferramentas de reexistências, promove[ndo] outras possibilidades de existir. E de existir a partir de nós” (RIBEIRO, 2017, p. 10).

“História do meu cabelo”: uma investigação sobre a manipulação da identidade racial em narrativas na internet sobre cabelo natural

A dissertação de Marina Marques Tavares, publicada em 2018, investigou oito mulheres de pele escura e cabelos crespos. Para isso, utilizou-se da Netnografia com adaptações às particularidades das Ciências Sociais e do grupo estudado e considerando-se as narrativas na internet como as representações de si que os sujeitos escolhem. Os objetivos consistem em “compreender as mudanças de significado do cabelo e a reconfiguração identitária pela qual passam as mulheres que decidem parar de alisar”(Tavares, 2018, p.5). Com referenciais teóricos como Cypriano (2013) e Recuero (2009). Segundo a autora, a

análise dos conteúdos revelou que as mulheres dividem suas experiências em três etapas, chamadas de negação, transição e aceitação. A fase da negação ocorre na infância, com vivências dolorosas com os penteados e tranças nos cabelos, ridicularizações e xingamentos ao cabelo na escola e/ou família e a conseqüente percepção do mesmo como um problema e o início dos alisamentos. A fase da transição ocorre quando decidem parar o alisamento e entram em um processo de revisão de suas histórias de vida, questionamentos e reconfiguração de seus valores, apoiadas nos discursos a que têm acesso na internet, que desnaturalizam a questão do cabelo, retirando dele o estigma. A materialidade do cabelo simboliza esta fase, pois ele possui as pontas alisadas e a raiz crespa/cacheada, não sendo mais um cabelo alisado, mas também não sendo ainda um cabelo “natural”. Esta fase tem fim com o Big Chop, um ritual de corte da parte alisada do cabelo que as leva a passar para a última fase, a aceitação. Nesta fase, elas já utilizam o cabelo “natural” e finalizam seu processo de reconfiguração identitária.

A máscara obscura do ódio racial: segregação, anonimato e violência nas redes sociais

A dissertação de Renata Nascimento da Silva, publicada em 2018, cujos sujeitos investigados foram membros de dois grupos do Facebook “Negros Contra o Movimento Negro – 2 (NCMN)” e “Preto Opressor (PO)”, utilizou como metodologia a análise do discurso crítico e a netnografia. A autora alerta para a importância de se conscientizar os usuários das redes sociais sobre a utilização de piadas, memes e vídeos com o intuito de propagar a ideologia racista, sendo Facebook o principal meio.

O objetivo da pesquisa, segundo a autora, foi analisar como os discursos cibernéticos são capazes de ampliar o racismo, bem como verificar como essas retóricas se expressam no contexto virtual problematizando o seu papel no surgimento de novas formas de ataques racistas.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa baseou-se nos autores Michel Foucault(2014) (discurso), RECUERO(2017) (redes sociais), John Thompson (1999) (teoria social) e Teun van Dijk(2014) (lingüística textual). A autora concluiu, portanto, que estas duas fanpages revelam a importância das redes sociais no processo de visibilidade midiática e

política, do reconhecimento para novas formas de representação racistas que têm afetado o coletivo negro.

Políticas públicas culturais: preconceito racial nas redes sociais de internet e educação

A dissertação de Giani de Cassia Santana, publicada em 2018, cujos sujeitos investigados foram usuários de redes sociais, teve como objetivo de pesquisa analisar textos sincréticos retirados das redes sociais de internet no período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016, associando-os ao termo “meme” e desvelar valores etnocêntricos subjacentes nos memes veiculados nas redes sociais de internet. Como metodologia, Santana (2018) utilizou-se da análise semiótica do discurso para “refletir sobre o papel dos memes como forma de representação ideológica das vozes da sociedade contemporânea em relação às questões étnico-raciais”(idem, p.27). Para coletar os dados, a pesquisadora visitou sites, Facebook e o Whatsapp à procura de memes, dentre os quais escolheu a página intitulada “Negó Meme”. Seus referenciais teóricos foram os autores Sodré (1999), Recuero (2007), Chomsky (2014) e Dawkins (2007).

Os resultados desta pesquisa levam a concluir, segundo a autora, que o maior entrave para o bom desenvolvimento das políticas públicas étnico-raciais e produ o de seus efeitos é o fato de que ainda subsiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia e valoriza as raízes e a cultura europeias, que enaltece a branca e desvaloriza outras culturas existentes em nosso meio, tais como as culturas: indígena, africana e asiática.

Configura es do racismo nas redes sociais

A disserta o escrita por Kamila Dutra Pena (2017) busca investigar como a sociedade se manifesta sobre o negro na rede social Facebook. Para tanto, a autora utilizou os referenciais teóricos: Lévy (1999) e Castells (2005) para falar sobre cultura digital; Munanga(2003), para falar sobre questões étnico-raciais, principalmente sobre hierarquiza o das raças, e Colli (2010), para tratar de cibercrimes.

Os dados encontrado, extraídos com auxílio de software, foram analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo de Bardin(1977). Segundo a autora, o uso de um *software* denominado NetVizz, que interage com a interface de programa o do Facebook, permitiu extrair dados para análise e, diante dos critérios preestabelecidos, foi selecionada a página “30 Dias Sem Racismo”. A autora dividiu a pesquisa em quatro categorias: racismo; racismo

institucional; racismo reverso; racismo/ injúria racial. Por fim, segundo Kamila Dutra Pena, os resultados da sua pesquisa indicam que as redes sociais têm grande poder de propagação de mensagens e de interações sociais. Verificou que os atores sociais utilizam a rede como forma de educar outros usuários sobre o racismo e sobre a importância do combate ao preconceito e discriminação contra os negros, gerando debates diversos sobre o assunto, entre eles o que seria ou não enquadrado como crime, de racismo ou injúria racial.

3.1.3 Pesquisas relacionadas à rede social Twitter

Entre experiências e diferenças nas mídias digitais: modos de uso e desejos – hashtag na #seráqueéracismo

A dissertação de Renata Baboni, publicada no ano de 2016, investigou influenciadores(as) digitais vinculados à hashtag #seráqueéracismo, com os quais foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e análise de suas postagens no Twitter.

A proposta desta pesquisa buscou subsídios nas concepções teóricas de Foucault (2004), Deleuze e Guattari (1997), Suely Rolnik (1996), Hine (2005) e Beleli (2016).

Como metodologia, foi realizada a análise das postagens dos influenciadores digitais no Twitter assim como a análise, segundo a autora, “do conteúdo das narrativas e as demandas que ancoraram as ‘experiências sobre racismos’ relatadas via uso da hashtag (tanto dos(as) influenciadores(as) quanto dos(as) demais participantes)”. Renata Baboni procurou articular uma teorização sobre diferenças, utilizando-se do arcabouço teórico-metodológico que associa autores dos estudos queer, pós-coloniais/estudos culturais com estudos contemporâneos sobre as mídias digitais.

Sobre o entendimento a respeito do que seria uma mídia digital, Renata Baboni confronta o entendimento de Pierre Levy (2005), entendendo que as mídias digitais não criaram um mundo social à parte ou um ciberespaço, como apontou o autor, nem mesmo um espaço democrático e globalizado em relação a outro espaço *off-line*, mas que estas medeiam e transformam as experiências vivenciadas *off-line*, articulando-as de modo contínuo e interdependente do *on-line*. A autora consente com Hine (2005) ao afirmar que até mesmo os “sites” das redes sociais *on-line* não são “lugares” ou outros espaços, mas sim novos contextos culturais.

Como resultados, a pesquisadora infere que o relato do racismo do outro constitui-se outro modo de uso muito frequente e está diretamente vinculado ao desejo que rege o uso desta hashtag: o de reconhecimento social, que muitas vezes é negado ao não branco.

3.1.4 Diversas redes

Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: estudo de caso da Agência Afropress

A tese de Leslie Sedrez Chaves, publicada em 2014, teve como objetivo lançar um olhar à experiência da Agência Afropress à luz dos eixos teóricos da comunicação em rede, internet, movimentos sociais e luta pela igualdade racial. O foco buscou entender a atuação do ativismo pela igualdade racial nesse momento em que a sociedade, dentro de suas diversas temporalidades, vive a era da informação. Os referenciais teóricos da autora foram Santos (2009), Jacks (2008), Martín-Barbero (2008), Cogo (2009), e Orozco Gómez (2011).

Em sua pesquisa, Chaves (2014) aborda o método qualitativo e a estratégia metodológica utilizada para obtenção dos dados é o Estudo de Caso. A autora se utilizou de entrevistas, pesquisas bibliográfica e documental para a construção dos dados empíricos, tendo como sujeito investigado a Agência Afroétnica de Notícias Afropress. Enfim, como resultado, Chaves (2014) afirma que foi possível verificar que a comunicação continua sendo uma estratégia importante na militância negra, e tem se afirmado cada vez mais nos processos de lutas pela igualdade racial, com a inserção das tecnologias da comunicação e da informação, especialmente da internet, que também potencializou a atuação em rede dos movimentos sociais negros. Constatou-se também que a Agência Afropress exerce a função de mídia jornalística engajada, espaço de empoderamento dos movimentos sociais negros, de visibilidade, de discussões, tensões e geração de práticas em torno das agendas de luta pela igualdade racial. Nesse sentido, a militância negra tem se utilizado bastante das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para potencializar a atuação em rede dos movimentos negros nas **lutas pela igualdade racial**.

O discurso do ódio na sociedade da informação: intolerância nas redes sociais

A tese de Marco Aurelio Moura dos Santos (2015) discorre sobre o papel e o alcance das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como difusoras do ódio. Segundo o autor, o surgimento e expansão da internet e, posteriormente, das redes sociais

potencializaram a ofensa à honra das pessoas e a intolerância de toda ordem, gerando debates sobre os limites da liberdade de expressão e o papel do judiciário.

Como metodologia, Santos (2015) fez uso de uma ampla revisão bibliográfica sobre os elementos que compõem o discurso do ódio. Além disso, o autor analisou conteúdos **retirados de redes sociais** e o tratamento que a rede Facebook dá à questão do ódio e conteúdos abusivos.

Após as observações e resultados, Santos (2015) conclui que os crimes de ódio se transformaram em questão estatal. Ele conclui, ainda que o discurso do ódio como prática social se utiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, sendo necessária, também, a atualização do conceito de dignidade da pessoa humana.

Sujeitos Investigados: Usuários das redes sociais digitais.

3.2 O racismo digital nas pesquisas acadêmicas

A elaboração do estado da arte evidenciou o que outras pesquisas têm constatado: as novas tecnologias, mais conhecidas hoje como Tecnologias da Informação e Comunicação, ampliaram significativamente os veículos de comunicação e de informação existentes e permitiram que as redes sociais ganhassem grande expressão, de forma que não é possível ignorar o potencial formativo desses meios (ANDRADE, 2012). Nesse sentido, os trabalhos científicos que se voltam para a produção de subjetividades na internet têm oferecido contribuição não apenas para os pesquisadores, mas para a sociedade de uma forma geral. As pesquisas aqui descritas discutem, de modo geral, como as subjetividades operam em relação ao preconceito, uma resposta do campo acadêmico ao surgimento e expansão de um campo de investigação novo, a internet. Os trabalhos evidenciam que as redes sociais potencializaram a ofensa à honra das pessoas e a intolerância de toda ordem, gerando debates sobre os limites da liberdade de expressão e o papel do judiciário.

Uma visão panorâmica do campo só foi possível através da opção pela elaboração de uma pesquisa do tipo “estado da arte”. O caminho metodológico começou pela leitura dos resumos, neles encontramos algumas lacunas, sendo necessária a leitura do texto em sua integralidade, em busca de elementos que não estavam presentes nos resumos. Algumas palavras-chave também não pareciam alinhadas com a proposta de algumas pesquisas. Metodologicamente, alguns trabalhos não especificaram a modalidade de pesquisa que realizaram. A seguir, vamos sistematizar alguns aspectos mais relevantes do levantamento.

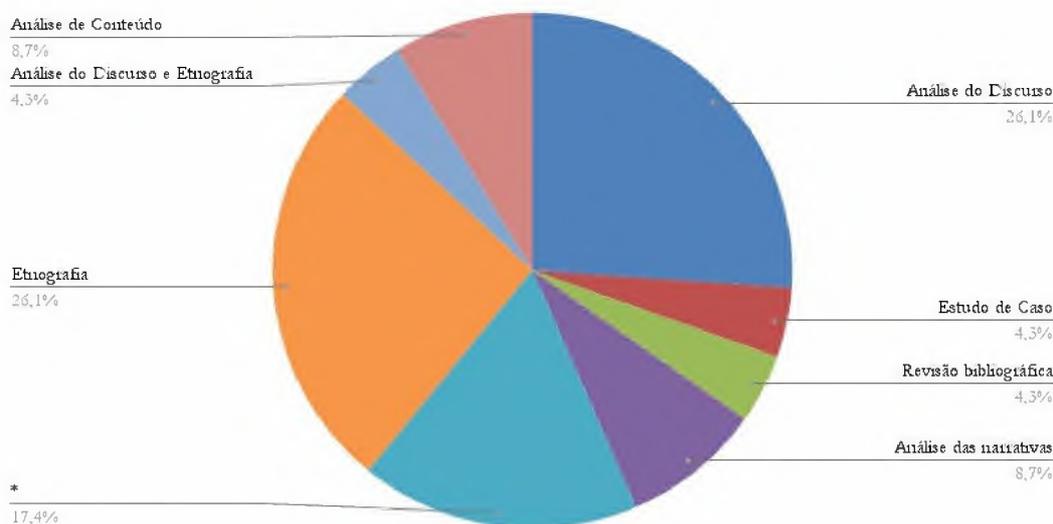
Acerca dos referenciais teóricos mais utilizados na definição das concepções de cibercultura, cultura digital, era digital, comunicação e estudos culturais, em sua grande maioria, as pesquisas se apoiam nas ideias dos seguintes teóricos: Pierre Levy, Manuel Castells e Néstor Garcia Canclini. Sobre racismo e história do racismo as principais referências são: Kabengele Munanga, Frantz Fanon, Antonio Sérgio Guimarães, Lélia Gonzáles, Djamila Ribeiro, Achille Mbembe. O teórico mais utilizado nas pesquisas sobre análise do discurso é Michel Foucault. Destaca-se aqui as contribuições de Djamila Ribeiro, no que se refere a “mulher negra”.

Com relação às metodologias mais utilizadas para realização de pesquisas na internet, mais especificamente nas redes sociais digitais, destacam-se a etnografia virtual ou netnografia e a análise dos discursos. Sendo este último uma complementação do primeiro, configurando assim um multimétodo.

Para simplificar a produção dos gráficos, utilizamos a terminologia etnografia em substituição dos equivalentes etnografia virtual ou netnografia. Cabe destacar que nos baseamos nos autores Fragoso, Amaral e Recuero (2011) que propõem que o termo “etnografia” seja utilizado em detrimento de outras terminologias que representam a imersão na cibercultura.

Assim, o gráfico a seguir apresenta a distribuição das pesquisas em função de suas opções metodológicas:

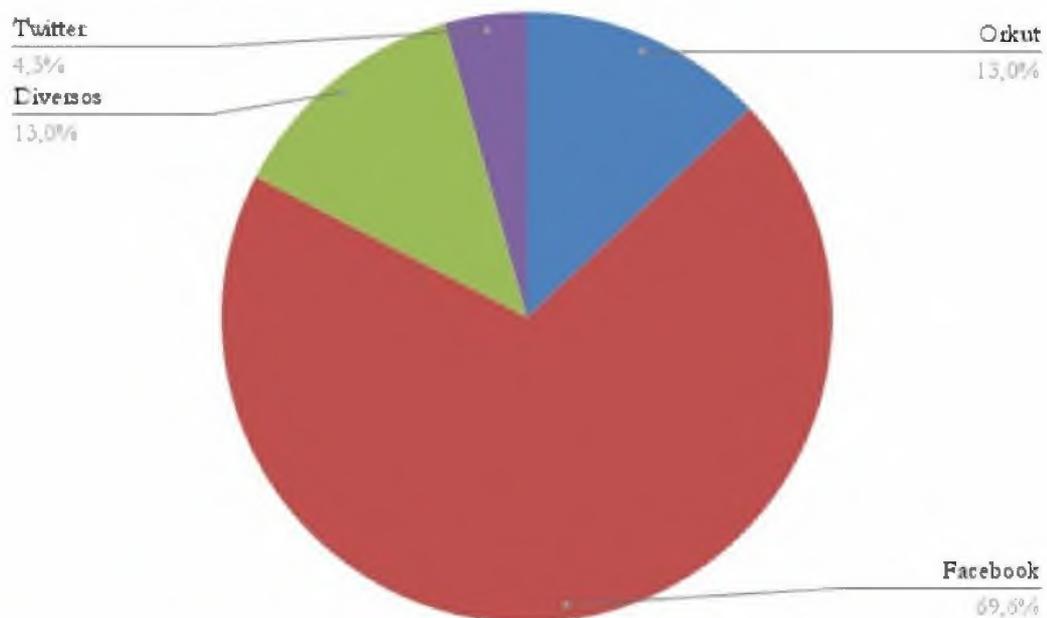
Gráfico 1- Metodologias



Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa

A partir da análise, constatou-se que, em 17% dos trabalhos o método não estava claramente explicitado; 26,1% das pesquisas utilizaram a etnografia e o mesmo percentual foi atribuído para análise do discurso. Além disso, considerando os trabalhos que utilizaram multimétodos, etnografia e análise do discurso se sobressaem ainda mais, alcançando 56,5% das metodologias utilizadas. Com relação ao ambiente virtual pesquisado, a pesquisa inicial considerou como possibilidade: Facebook, Orkut, Twitter, Instagram e Diversas (várias redes sociais). O universo encontrado foi distribuído como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Redes Sociais Digitais

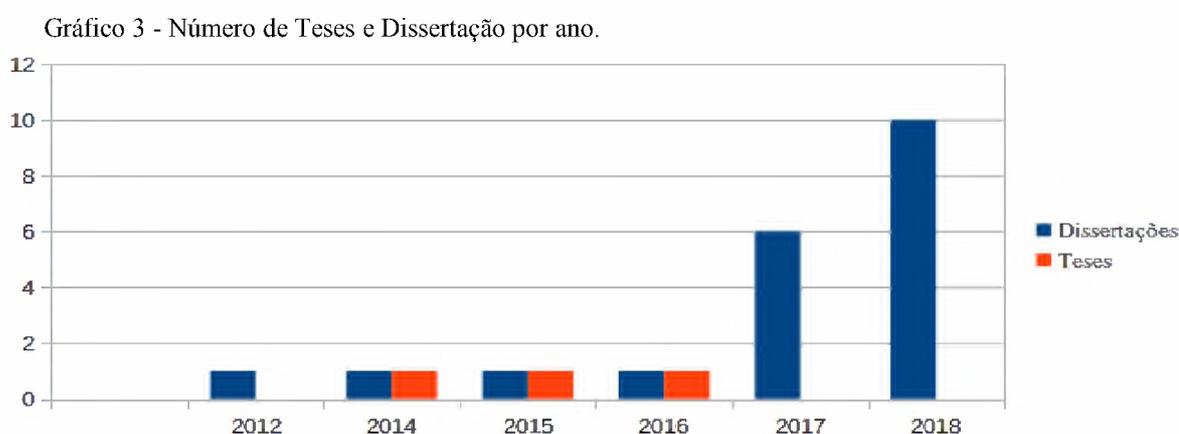


Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa

Notadamente, o Facebook é a rede social digital na qual a maioria dos pesquisadores se debruçaram para realizar suas pesquisas. Dos 23 textos, 19 foram baseados no Facebook, 1 no Orkut, 1 no Twitter e 2 em diversas redes sociais. Foi possível perceber que, desde o surgimento do Orkut, as redes sociais já eram utilizadas como um canal tanto para a construção de conhecimentos quanto para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial. A própria existência de pesquisas que fazem referência a uma rede social tão antiga quanto o Orkut sinaliza que este lugar no ciberespaço já era povoado por movimentos sociais que discutiam e promoviam a igualdade racial e por aqueles que denunciavam práticas racistas.

Foi possível observar, também, que estes estudos buscaram/buscam analisar principalmente os discursos daqueles e daquelas que praticam o racismo digital. As noções de raça, construção de identidades, e construção de conhecimento podem ser encontradas também nos trabalhos relacionados ao Facebook.

Com relação à distribuição dos estudos por anos de publicação, o gráfico 3 ilustra as teses e dissertações publicadas no período de 2012 a 2018 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, totalizando, 23 publicações.

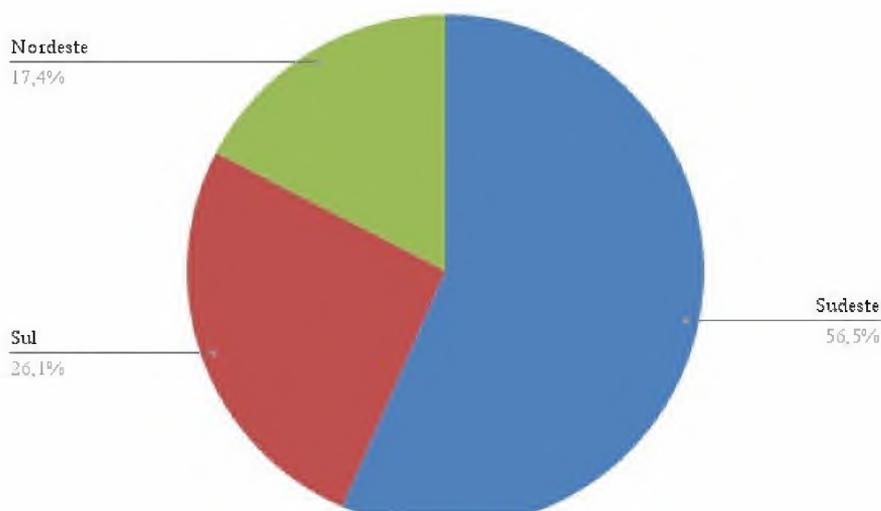


Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa

Pode-se observar que o número de dissertações supera em muito o de teses e que o interesse pelo tema começou a ser ampliado a partir 2017. O ano de 2018 nos mostra que houve um interesse maior pela temática, com impressionantes 10 dissertações, o que nos permite projetar uma possível retomada no número de teses publicadas a partir de 2022. Outro dado em relação às pesquisas realizadas, diz respeito à localização geográfica das instituições e programas de pós-graduação aos quais as pesquisas estão vinculadas.

Em relação às regiões do país onde se concentraram a maioria das pesquisas sobre promoção da igualdade racial e/ou racismo nas redes sociais, é possível perceber que as regiões sul e sudeste possuem a maior concentração de pesquisas, como sistematizado no gráfico a seguir.

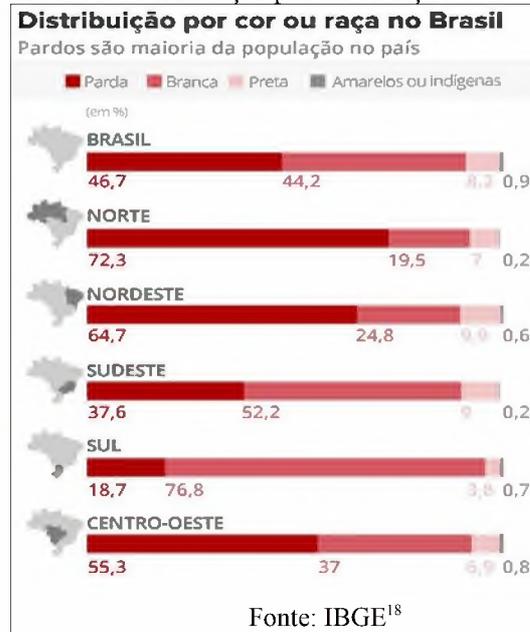
Gráfico 4- Regiões das pesquisas



Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir dos referenciais teóricos da pesquisa

Ao observar esta distribuição, chama a atenção o fato de que mais da metade das teses e dissertações relacionadas às questões étnico-raciais no ciberespaço, estão mais concentradas na região sudeste, seguida da região sul o que pode ser explicado se levarmos em conta o grande número de Programas de Pós-Graduação nestas duas regiões. A região nordeste, que mais recebeu novos campi (Rorato, 2016, p.76) com os programas de expansão universitária, aparece em terceiro. Destaca-se que mesmo que os dados do IBGE demonstrem que no sul e sudeste temos os menores percentuais de pessoas que se autodeclararam negros, são essas regiões que mais se dedicam a essa temática.

Gráfico 5 - Distribuição por cor ou raça



Talvez o interesse localizado no sul e sudeste se deva em razão dos embates mais acirrados, como violência policial por exemplo, que encarcera e mata mais a população negra nos grandes centros urbanos.

Sobre as temáticas predominantes, 15 pesquisas tratam de promoção da igualdade racial, 7 sobre discursos de ódio/cibercrimes e 1 sobre educação das relações étnico-raciais. Notamos que a identidade negra feminina é predominante, discorrendo sobre empoderamento feminino, feminismo negro, aceitação dos cabelos naturais e identidade. A presença em maior número das mulheres nos mostra que há outras frentes de luta contra o racismo, promovendo a construção de conhecimento on e offline. Por outro lado, há a ausência de pesquisas que se propõem a investigar os casos de racismo praticado contra homens negros. Ou isso ocorre apenas no futebol?

Também foi possível perceber que há um vácuo deixada nas pesquisas no que se refere as definições de racismo estrutural/institucional, principalmente levando-se em conta que a maior parte do que ocorre no ciberespaço é uma projeção do que é praticado nos espaços públicos reais, ou seja, o racismo digital não é um mal em si, e suas causas precisam ser combatidas em todas as sua dimensões.

Com relação às conclusões dos trabalhos analisados, podemos afirmar que no campo do racismo digital, a maior parte dos autores(as) concorda que as redes sociais foram capazes

¹⁸ SILVEIRA, Daniel. População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBG. G1 RJ, Economia, 24 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.

de expor tanto o racismo praticado no dia a dia quanto o racismo e preconceito velados, sutis. Da mesma forma, permitiu dar voz ao movimento negro, ao feminismo negro, entre outros.

Sobre os racismos que atingem as mulheres, algumas autoras enfatizam o uso das redes sociais como instrumentos de mobilização, empoderamento e como formas de enfrentamento. São várias pesquisas dedicadas a explorar os modos de articulação, a informar e formar os membros das comunidades virtuais, com o diferencial de poderem participar e trocar conhecimentos, sobre identidade, ancestralidade, transição capilar, entre outras. Algumas autoras, optaram pela temática da promoção da igualdade racial, a partir de suas próprias vivências, ao participarem de grupos de cuidados com cabelo crespo e empoderamento negro nas redes sociais, como os existentes no Facebook. Grupos virtuais que reúnem mulheres com narrativas semelhantes, que constitui-se como um processo de luta, e dá origem a pesquisas como as que foram apresentadas neste trabalho.

A pesquisadora Paula(2018), ao tratar do racismo que cerca a mulher, destaca a importância dos cabelos como um dos mais poderosos símbolos de identidade individual e coletiva. Ela relaciona o racismo como algo inventado pela elite branca e relaciona o fenômeno do racismo como algo que se baseia em valores inventados por uma elite dominante, em suas formas institucionais e estruturais como a mídia, o governo, e instituições de ensino de educação. Estas instituições/empresas impõem modos de viver baseados em seus valores, em seus padrões de estética. Como exemplo, a autora cita os slogans dos cremes para pentear usados pelas mulheres que possuem cabelos crespos ou cacheados. Nas campanhas publicitárias, fica nítida a orientação racista, quando estes se referem aos crespos e cacheados geralmente adjetivado-os como volumosos, destacando as palavras “controle supremo” e “cachos domados”, enquanto as mesmas empresas ao anunciam seus produtos para cabelos lisos usam outras expressões, como “saudável e solto”.

De forma semelhante, a pesquisadora Santos (2018), enfatiza as questões relacionadas ao ativismo das mulheres e o processo de transição capilar, principalmente na rede social Facebook. Esta é a rede mais utilizada tanto para o compartilhamento de informações quanto para encontros fora da rede, em espaços não virtuais. Sobre a militância negra, Leslie Sedrez Chaves entende que a comunicação continua sendo uma estratégia importante, afirmando-se cada vez mais nos processos de lutas pela igualdade racial. Leslie entende que as Tecnologias da informação e comunicação potencializaram a atuação em rede dos movimentos sociais negros.

Há um número importante de pesquisas que tratam do tema da promoção da igualdade racial ou militância antirracista, essas pesquisas trazem enorme contribuição para a constituição do campo do racismo digital ao evidenciarem os conceitos que estão operando, como os conceitos de raça e de preconceito. Há também uma articulação entre as pesquisas realizadas, o que mostra que o campo cresce no diálogo com a produção que está sendo realizada, nesse sentido, são constantes as alusões a outras pesquisas com o mesmo tema. Os trabalhos que se debruçam sobre a promoção da igualdade racial mantêm seu foco no empoderamento, principalmente o feminino. Discutem principalmente identidade, reforça a valorização das nossas características fenotípicas, ou seja, oferecem suporte aqueles que buscam conhecimento da sua ancestralidade, algo que não conseguem encontrar nos ambientes de educação formal. Buscam a potência da comunicação oferecida pelas redes sociais digitais, no resgate às suas origens, num movimento de fortalecimento e afirmação.

Discursos de ódio também são foco das pesquisas analisadas. Essas pesquisas buscam evidenciar o enfoque das motivações dos ataques racistas nas redes sociais. Pretendem dar uma resposta às inquietações derivadas do racismo digital. São em sua maioria agentes na promoção da igualdade racial ou na superação do preconceito. Na pesquisa de Marco Aurélio Moura (2016), que tem os discursos de ódio como objeto de investigação, o autor entende que o discurso do ódio utiliza-se da linguagem e da comunicação para promover violências aos grupos. O pesquisador sugere que o direito à identidade e a diferença devem ser tutelados na ocorrência do fenômeno. Afirma que o conceito de dignidade da pessoa humana precisa ser atualizado para incluir estes direitos. Entende-se que esta é a sua proposta com o trabalho desenvolvido. Moura (2016) utilizou-se dos conceitos de Hannah Arendt para tratar do mal banal, contemporizando este conceito com a banalidade dos discursos de ódio nas redes sociais. Esta dissertação é da área do Direito, mas o autor utilizou-se de uma abordagem multidisciplinar para desenvolver o tema, com forte enfoque nas implicações sociais que o discurso de ódio causa. Assim como boa parte das teses, Moura (2016) entende que a internet é um terreno fértil e que estes conflitos foram intensificados, porém, são heranças históricas.

Assumimos nesta pesquisa a necessidade de espaços de divulgação de pesquisa que se voltem para a promoção da igualdade racial. Podemos entender igualdade racial como igualdade de condições de acesso aos cargos de chefia, acesso a educação, saúde, no campo acadêmico pode-se entender como toda a produção científica que nos ajuda a pensar sobre questões antes restritas a campo do indivíduo, desfazendo o velho entendimento de que a discussão sobre o racismo deve ficar restrita apenas ao indivíduo negro, quando na verdade é o oposto disso. Ou seja, os efeitos danosos do racismo só serão dissolvidos quando a

sociedade assumir a responsabilidade que lhe cabe. Desta forma, textos que promovem a igualdade racial são aqueles que buscam gerar empoderamento, que buscam dar visibilidade ao povo negro.

Considerações finais

Em sua tentativa natural de existir, de serem vistos(as), a homens e mulheres negras(os) são rechaçadas. O que o corpo negro representa para os racistas? Eles são a representação da diferença. Os racistas sentem que o seu espaço virtual também lhes pertencem e que portanto podem interditar aqueles que consideram inferiores. Como ocorre em outros espaços físicos, entendem que dois corpos tão diferentes não podem ocupar o mesmo espaço. Causam-lhes estranheza pois nos shoppings não é assim, na primeira classe não é assim. A aparição de pessoas negras, com seus cabelos Black e suas simbologias, atestam sua existência e resistência, como se, se rebelassem contra posições hierarquizadas que lhes foram historicamente reservados. Não é o que as elites esperavam. Neste ponto, as tecnologias da informação e comunicação contribuíram de forma positiva, pois permitiram a ocupação destes espaços, possibilitando-nos sermos vistos. Mas infelizmente isso não significa que o acesso às tecnologias alcançou a todos(as) de forma isonômica, em qualidade e quantidade. O surgimento da pandemia demonstrou que as condições de acesso à equipamentos e internet para os negros ainda são muito menores se comparado com os brancos. Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br,2020, online), o uso exclusivo de smartphones para acessar a internet é predominante na população negra (65%), em comparação com 51% da população branca”¹⁹.

O ponto de ignição gerador da explosão de ataques racistas parece estar diretamente ligado à mera aparição do negro com sua identidade no espaço público do ciberespaço, por meio das telas dos computadores e smartphones. Aparecer, neste caso, atesta a existência. Antes do advento das redes sociais, nas raras vezes em que era possível vermos capas de revistas estampadas por homens/mulheres negras(os) nas bancas de jornais, não era possível direcionar ataques racistas massivamente e de forma tão instantânea como ocorre hoje na Internet. Também não era possível aparecer sem permissão fora dos lugares historicamente reservados aos negros. Algumas gerações, formadas/educadas pelas mídias convencionais,

¹⁹ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020. Cetic.br, 2021, São Paulo, 18 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>>. Acesso em: 31 de agosto de 2021. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, do NIC.br, é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e o uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no País. O Cetic.br é um Centro Regional de Estudos, sob os auspícios da UNESCO.

ainda não aceitam ou não estão habituadas a ver o que “não é espelho”. E quando se deparam com o outro, o avesso do avesso, sentem-se afrontados, por aqueles que desejam que continuem apagados.

“Trata-se de inventar um outro maléfico cuja alteridade está localizada, detida, num espaço sem movimento. É o outro mítico e mitificado numa exterioridade que luta para obstaculizar a integridade da nossa identidade, que se apresenta cada vez com um rosto ou sob uma sombra diferente ou, menos usualmente, com um rosto - ou sob a sombra - múltipla: é o bárbaro, a mulher, o deficiente, o membro da raça subalterna etc. E é também tudo aquilo ao mesmo tempo, quer dizer, por exemplo: a mulher bárbara deficiente de uma raça subalterna. É o outro do mal e é a própria origem do mal: a explicação de todo conflito, a própria negatividade da cultura; é, em síntese, aquele espaço que não somos nós, que não desejamos ser, que nunca fomos e nunca seremos. O racismo é fabricar um outro que esteja maleficamente fora de nós mesmos e aí localizado por nós mesmos” (SKLIAR, 2004, p. 21)

Para enfrentar este racismo fabricado e remodelado, agora também em formato digital, faz-se necessária a presença maciça da militância negra nas redes sociais digitais e também nas universidades.

Filé (2016) destaca que é a cena pública, no espaço do visível (e do audível) que se constrói a realidade comum, nela deveriam estar várias possibilidades de existir e de aprender a com-viver. Construimos esta realidade comum vendo (e ouvindo) sendo vistos e sendo ouvidos, aquilo que não tem visibilidade no espaço público é como se não existisse, portanto o debate presente nessa dissertação é tão urgente. É preciso que pensemos o ciber espaço como cena pública e nela tem que haver espaço para muitos atores.

Contemporaneamente podemos compreender os espaços das mídias – jornais, rádio, tv, cinema, livros didáticos e mais recentemente o espaço virtual da internet - como espaços públicos. Espaços onde aquilo que não tem aparência não pode tornar-se comum, como acontece com a televisão brasileira e mais especificamente com as telenovelas, os telejornais, a publicidade de um modo geral. O que não aparece nestes espaços é como se não existisse e a forma como aparecem ajuda a reforçar estereótipos, preconceitos e justificar desigualdades.

No caminho percorrido durante esta pesquisa, ao investigar o racismo digital, me deparei com ataques racistas cujos alvos principais eram(e ainda são) as mulheres negras. Relatei, em poucas linhas, o que para mim era algo desconhecido e considerei ser importante dar destaque àquela descoberta, na primeira fase da pesquisa. Na segunda fase desta pesquisa, foram apresentadas teses e dissertações sobre racismo digital, eis que novamente me deparo com um número muito maior de textos cujas autoras discutem o racismo digital e promoção

da igualdade racial. Espero que este trabalho possa se somar para às dezenas de outras pesquisas que se dedicaram a discutir o racismo. Mas principalmente, espero que todo o esforço dos pesquisadores e pesquisadoras possam se converter, efetivamente, em políticas públicas de combate ao racismo estrutural/institucional: na área da saúde pública, como a falta de acompanhamento pré-natal e a violência obstétrica, algo pouco noticiado nos meios de comunicação tradicionais; nas instituições públicas e privadas, onde ainda persistem as diferenças salariais em razão do gênero e cor; nas eleições, onde cargos públicos ainda são ocupados majoritariamente por homens brancos. A luta contra o racismo, não é, definitivamente, algo que deva se restringir ao campo restrito e individual.

Por meio dessas mídias e suas conexões cada vez mais rápidas, atingimos cada vez mais pessoas em diferentes regiões do país. Mas é importante lembrar que também é necessário utilizar este alcance da internet, para cobrar políticas de inclusão digital e acesso a equipamentos tecnológicos de qualidade, visto que a maioria da população negra possui acesso precário à internet por meio de smartphones, o que dificulta leituras mais aprofundadas e de qualidade como ocorre em telas maiores. Precisamos de políticas públicas de incentivo ao maior ingresso da população negra nas mídias digitais e que esse ingresso possa se converter em condições favoráveis ao pleno exercício da cidadania. Desejamos ao final desse Estado da Arte que a presença maciça de estudantes negros e negras nas graduações, possam se repetir nos cursos de pós-graduação stricto sensu.

Por fim, no que se refere à constituição e futuro do campo, o levantamento aqui apresentado indica que ainda é preciso ampliação de pesquisas com essa temática, pesquisas que investiguem os mesmos sujeitos em outros contextos, para que possamos fazer aproximações e tirar conclusões que indiquem recorrências; assim como pesquisas que ampliem a temática para outras variáveis do racismo, como, por exemplo, a questão geográfica ou trabalhista; pesquisas que se desdobrem nos estereótipos que cercam o racismo no cotidiano das instituições, assim como pesquisas que tragam as vozes de quem sofre o preconceito para indicar políticas para erradicação do racismo e punição de seus autores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Melissa Maria de Freitas. Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância – Um estudo de caso da comunidade NEGROS do Orkut (2004-2011). São Paulo: s.n.; 2012. 139 p.
- SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância. Duas faces, dentre as milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. Revista Prânsis[online]. 2004, v. 1, n. 1[Acessado em 23 de maio de 2021]. Disponível em <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/520>>.ISSN:18071112.
- CAMPOS, Luiz Augusto. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES : Uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 32, n. 95 [Acessado 5 Julho 2019] , 329507. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/329507/2017>>. Epub 07 Ago 2017. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.17666/329507/>
- CHADE, Jamil. <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-intitucionaliza-Do-no-brasil-diz-a-onu,1559036>. Acessado em 24 de outubro de 2016.
- BRUGGER, Winfried. Proibição e proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Revista de Direito Público 15/117.Brasilia: Instituto Brasiliense de Direito Público, ano 4. jan-mar. 2007.
- Código penal. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p.
- COLLI, Maciel. Cibercrime: limites e perspectivas à Investigação Policial de Crimes Cibernéticos. Curitiba: Juruá Editora, 2010
- Dias, Claudete Maria Miranda. Balaiada: a guerrilha sertaneja. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 05, p. 73-88, 1995. Semestral. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar//estudos/cinco/clau5.htm>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- FERRAS, Daniel; PELEGRINELLI, Denise; MATOS, Eclivaldo; HADDAD, Julio Cesar Mansur. Etnografia virtual: uma tendência para pesquisas em ambientes virtuais de aprendizagem e de prática. São Paulo. 2009. 74 p. Visitado em 11/07/2016. http://ccvap.futuro.usp.br/TMP_UPLOAD/files/tc-secs1250008784833__nusp2511675.pdf .
- FILÉ, Valter . Experiência e narrativa em educação. Odiseo , v. 12, p. 1-12, 2015.
- FILÉ, Valter. Imagens, visão e conhecimento – modos de ver e modos de dar a ver. IN: KOHAN, W.; LOPES, S. e MARTINS, F.. O Ato de educar em uma língua ainda por ser escrita. Rio de Janeiro: Nefi, 2016. p. 211 - 220.
- FILÉ, Valter. Projeto de Pesquisa: Relações raciais nas escolas e a formação de professores. UFRRJ. Nova Iguaçu –RJ. 2013-2016.
- FONTENELLE, Antonia. Esses paraíbas fazem um pouquinho de sucesso e acham que podem tudo. Rio de Janeiro, 12 de jul de 2021. Instagram:@ladyfontenelle. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/07/12/artistas-e-influenciadores-da-pb-repudiam-antonia-fontenelle-por-fala-xenofobica-ao-criticar-dj-ivis.ghtml>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: editora 34, 2005.

HOFBAUER, [Andreas](#). O conceito de 'raça' e o ideário do 'branqueamento' no séc. XIX - bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria & Pesquisa, Sao Carlos (UFSCar), v. 42-43, n.jan / jul, p. 63-110, 2003.

HOFBAUER, Andreas; MUNANGA, Kabengele. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. 1999. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KASTRUP, Virginia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

JESUS, Jaqueline de. CARVALHO, Paulo de. DIOGO, Rosália. GRANJO, Paulo. O que é Racismo. Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

_____. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1999.

LOPES, Dailza Araujo. Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, BA, 2017. Mapas conceituais. <http://loyanapavlichenko.wix.com/e-portefolio#!mapas-conceituais/clipo>, acessado em 26 de maio de 2016

MACHADO, Leila Domingues. O desafio ético da escrita. Universidade Federal do Espírito Santo. 2004.

MARQUES, Fabrício. O mito da preguiça baiana, trabalho e racismo. Disponível em :<<http://www.geledes.org.br/o-mito-da-preguica-baiana-trabalho-e-racismo/#gs.bLx7mhI>>. Acessado em 11 de novembro de 2016.

Müller, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 164-183, dez. 2015.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional** : dez anos de ações do GT Racismo no MPPE /Fabiana Moraes ; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013. 176 p.

MOURA, Marco Aurélio. O Discurso do Ódio em Redes Sociais. São Paulo. Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA - ME). 2016.

MUNANGA, kabengele. O racismo no Brasil é um crime perfeito. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/revista/77/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acessado em 03 de maio de 2018.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, nov. de 2003.

NOGUEIRA, Luliana dos Santos. O Museu Afrodigital do Maranhão como Dispositivo Democratizante e Educativo. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, MA, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista (UFMG. Impresso), v. 26, p. 15/1-40, 2010.

OLIVEIRA, Eliane Basílio de; CUGLER, Jussara. Representação da Mulher na Publicidade: um Estudo de Caso do Vídeo Câmera Tímida, da Marca Dove. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/download/3930/2586>. Acesso em 24 de maio de 2021.

Preconceito racial não é crime.

<https://www.facebook.com/PreconceitoRacialNaoEMalEntendido/>. Acessado em 10 de julho de 2016.

QUEIROZ, Danilo Queiroz. Antônia fontenelle é criticada após comentário xenofóbico ao repudiar DJ Ivis. G1 PB, Paraíba, 12 de jul de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/07/12/artistas-e-influenciadores-da-pb-repudiam-antonia-fontenelle-por-fala-xenofobica-ao-criticar-dj-ivis.ghtml>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

ROMÃO, Jeruse. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOARES, Magda Becker, MACIEL, Francisca, (2000). Alfabetização. Brasília: MEC/INEP/COMPED (série Estado do Conhecimento)

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de; GUIMARÃES, Valter S.; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. A Questão do Método e da Metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da Região Centro-Oeste/Brasil. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 669-693, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 93, p. 175-203, 1995.

TORRES, Alexandre. Racismo, Preconceito e Discriminação. Disponível em: <<http://alexandre-torres.blogspot.com.br/2012/11/racismo-preconceito-e-discriminacao.html>>. Acessado em 01 de dezembro de 2016.

Trindade, Luiz Valério de Paula. Meu cabelo, minha coroa. Examinando estratégias discursivas anti-racistas de mulheres negras brasileiras nas redes sociais, Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes, 45: 3, 277-296, DOI: [10.1080 / 08263663.2020.1769448](https://doi.org/10.1080/08263663.2020.1769448)

PEREIRA, A. M. . Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: Jeruse Romão. (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, MEC / Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), 2005, v. , p. 35-48.

RIBEIRO, Djamila. Djamila Ribeiro, a voz da consciência negra feminina no Brasil Entrevista concedida a Ana Flávia Oliveira; 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/bmgkvd/entrevista-djamila-ribeiro-2016>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RORATO, Geisa Zanini. Expansão do Ensino Superior Federal, Atores Territoriais d Emergência de Novas Escalas de Poder e Gestão: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2016. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Xavier, Patricia Alves de Matos. Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo para televisão digital: uma contribuição para a educação das relações étnico-raciais. 2014. 157 f. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2014.

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/8245-sp-1678748188>. Acesso em 15 de junho de 2018.

CAMARGO, Hertz Wendel. O filme publicitário como mito atualizado: fantasia, ritual, tempo e totemismo. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/camargo-hertz2013-filme-publicitario.pdf>. Acesso em: 16 novembro de 2014.

TORRES, Alexandre. Racismo, Preconceito e Discriminação. Disponível em: <<http://alexandre-torres.blogspot.com.br/2012/11/racismo-preconceito-e-discriminacao.html>>. Acessado em 01 de dezembro de 2016.

Xavier, Patricia Alves de Matos. Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo para televisão digital: uma contribuição para a educação das relações étnico-raciais. 2014. 157 f. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2014.

BOA MORTE, Claudia Maisa Pinheiro da. (Re)assumindo a raiz: a discursivização sobre a mulher negra a partir da noção de cabelos crespos nas comunidades do Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, BA, 2017.

GENOT, Luana de Souza Martins. #SIMAIGUALDADERACIAL: Análise Discursiva de Depoimentos Sobre Raça no Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) - Centro Federal de Educação Tcn. Celso Suckow da Fonseca, RJ, 2017.

FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão. Preconceito em Rede: Educação para as Relações Étnico Raciais a partir do Discurso dos Usuários da Internet. 2016. Tese (Doutorado em Informática da Educação) - Universidade Federal do Rio Grande na Sul, RS, 2016.

BUENO, Anne Caroline Bastos. Discursos Significados como (In)tolerantes no Facebook: Quando o que cala fala. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem - Universidade do Vale do Sapucaí, MG, 2015.

ROCHA, Marco Antonio. Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado “não tenho preconceito, mas...”. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, PR, 2018.

SEDREZ, Leslie Sedrez. Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: Estudo de caso da Agência Afropres. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, RS, 2014.

PENA, Kamila Dutra. Configurações do Racismo nas Redes Sociais. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba- PB, 2017.

MOURA, Marco Aurélio. O Discurso do Ódio na Sociedade da Informação: intolerância nas redes sociais. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito da Sociedade da Informação) - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas- , 2015.

SANTANA, Giani de Cassia. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: Preconceito Racial nas Redes Sociais e Educação. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES - SP, 2017.

SBABONI, Renata. ENTRE EXPERIÊNCIAS E DIFERENÇAS NAS MÍDIAS DIGITAIS: Modos de Uso e Desejos - hastag na #seraqueéracismo. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos - SP, 2016.

"SILVA, Renata Nascimento da. A MÁSCARA OBSCURA DO ÓDIO RACIAL: Segregação, Anonimato e Violência nas Redes Sociais. 2018. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Universidade Federal Fluminense - RJ, 2018.

ANDRADE, Melissa Maria de Freitas. Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância - um estudo de caso da comunidade Negros do Orkut (2004-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.48.2012.tde-04102012-135144. Acesso em: 2021-09-08

Franklin, Eugene Oliveira. “ACEITAÇÃO AFRO”: as mídias sociais digitais na revalorização e afirmação da identidade negra. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Minas Gerais, 2017.

SILVA, Andeia Sousa da. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de Santa Catarina e o Contexto Informacional: Análise Sobre o Facebook como uma Fonte de Informação Étnico-Racial. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Univerdade Federal de Santa Catarina, Santa Carina, 2018.

PAULA, Bianca Assis Oliveira de. Minha negritude minha melhor escolha: A (Re)construção Discursiva das Negritudes das Mulheres no Processo de Transição Capilar no Facebook. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - CEFET Celso Suckow da Fonseca. Rj, 2018.

MAIA, Camila Pereira. Corpo e Estética Corporal: O Papel das Páginas do Facebook no Empoderamento de Mulheres Negras. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Paraná. PR, 2018.

TAVERES, Marina Marques. CABELO NATURAL. História do Meu Cabelo: “Uma Investigação Sobre a Manipulação da Identidade Racial em Narrativas na Internet sobre Cabelo Natural”. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontfícia Universidade Católica de Minas Gerias. MG, 2018.

"GRAÇAS. Suzielen Tatiane das Graças. Resistência: Ativismo e Articulação de Mulheres

Negras Através de Redes Sociais.. 2018. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana, nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. PR, 2018.

SILVA, Leide Klebia Rodrigues da. Bamidelê: Por uma Sociologia da Informação Étnico-Racial na Organização das Mulheres Negras da Paraíba. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade Federal da Paraíba. PB, 2014.

SILVA, Kelly Cristina da. Os Letramentos de Empoderamento Feminino Negro: A Educação de Jovens e Adultos e os Processos de Aprendizados na Rede Social Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2017.

SILVA, Alice Santos da. AFRO-NTANDO: Compreendendo as construções/desconstruções e disputas de identidades de mulheres negras a partir de seus cabelos. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - Universidade Federal Fluminense, RJ, 2018.